

**GOVERNO DILMA**  
Análises de  
Milton Temer,  
Rodrigo Ávila  
e Gilberto Maringoni

# SOCIALISMO & LIBERDADE



**A corrupção parceira  
da governabilidade**

**Até quando?!**

LGBT

**Casamento igualitário: os mesmos  
direitos com os mesmos nomes!**

*Por Jean Wyllys*

INTERNACIONAL

**O levante juvenil no Chile: os indignados  
chegam à América Latina**

*por Nathalie Drumond  
e Fernanda Melchionna*

EDUCAÇÃO

**A próxima batalha entre público  
e privado no Brasil**

*por Luiz Araújo*



A Fundação Lauro Campos e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) estão organizando o II Seminário Internacional que ocorrerá nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro de 2011, na cidade de São Paulo, às vésperas do III Congresso do PSOL (2, 3 e 4 de dezembro). Há dois anos do I Seminário Internacional do PSOL, a necessidade de debater a nova situação mundial à luz do aprofundamento da crise econômica e ambiental e das respostas que emergiram no último período é ainda mais importante. Abriram-se novas situações que constituem novos desafios, se desenvolveram novas formas de luta e novas alternativas que carecem de um rico debate entre as forças anticapitalistas, antiimperialistas e socialistas.

O principal objetivo do II Seminário Internacional será compartilhar a análise desta nova situação mundial, debater tarefas de solidariedade e as possíveis ações unitárias. É uma continuidade do primeiro seminário e de outras atividades do PSOL e da Fundação Lauro Campos realizadas, como o “Seminário Internacional sobre a Auditoria da Dívida Pública”, organizado pela Fundação Lauro Campos em Brasília (novembro de 2008), e a reunião dos partidos anticapitalistas convocada pelo PSOL e o Novo Partido Anti-Capitalista (NPA) da França, realizada durante o Fórum Social Mundial em Belém do Pará (janeiro de 2008).

**Os eixos de debate propostos são:**

- 1) A crise econômica, a crise ambiental e suas conseqüências mundiais na próxima década.**
- 2) As lutas em curso no planeta e a nova situação mundial.**
- 3) As respostas da esquerda, as tarefas de solidariedade e as iniciativas unitárias.**

Pretendemos que este Seminário conte com ampla representação dos processos de luta social que ocorrem no mundo e das forças políticas com eles comprometidas. Realizá-lo às vésperas do III Congresso do PSOL permitirá que os participantes tenham a opção de presenciar nossos trabalhos congressuais e inteirar-se da situação de nosso país e de nosso partido.

# SOCIALISMO & LIBERDADE

Ano III | Nº 7 | Setembro de 2011 Uma publicação da Fundação Lauro Campos

## Sumário

<b>Dilma, da guerrilheira à parceira dos algozes</b> Por Milton Temer	4
<b>O governo Dilma</b> Por Rodrigo Ávila	7
<b>O grande pacto petista</b> Por Gilberto Maringoni	10
<b>A próxima batalha entre público e privado no Brasil</b> Por Luiz Araújo	12
<b>O paradoxo da Educação</b> Por Rodolfo Mohr	13
<b>Das ocupações de reitorias às praças: defender outro modelo educacional e construir outra civilização</b> Por Lucas de Mello Braga	14
<b>Greve na Universidade Federal do Paraná</b> Por Bernardo Pilotto	16
<b>Greve dos Servidores das Universidades Federais: rebelião da base contra a direção da CUT/CTB</b> Por Pedro Rosa	18
<b>O levante juvenil no Chile: os indignados chegam à América Latina</b> Por Nathalie Drumond e Fernanda Melchionna	20
<b>O espectro da moratória percorre a Europa</b> Por Alejandro Nadal	22
<b>A xenofobia a serviço do capital. O terror entrou na sala</b> Por Fernando Carneiro	24
<b>Casamento igualitário: os mesmos direitos com os mesmos nomes!</b> Por Jean Wyllys	26
<b>A Rede Vespa</b> Por Sergio Granja	28
<b>Slavoj Žižek, o filósofo mais sério do mundo</b> Por Gabriel Tupinambá	30
<b>O legado de Paulo Piramba e a atualidade da luta ecossocialista</b> Por João Alfredo Telles Melo	32
<b>40 anos do desaparecimento forçado de Luis Enrique Pujals</b> Por Pedro Fuentes	34
<b>O operário em construção</b> de Vinicius de Moraes	36

# Dilma, da guerrilheira à parceira dos algozes

Por **Milton Temer**

Mesmo quem nunca assiste a competições de atletismo já ouviu falar da disputa de salto em altura, na qual os competidores vão se eliminando na medida em que a barra a ser superada vai sendo colocada em alturas ascendentes. Pois é. Ao tratar desse início de governo Dilma, onde está o nível da barra, para uma justa comparação? Qual o nível de exigências de avaliação, após oito anos de um frustrante primeiro governo que chegava para tudo transformar, e quase tudo manteve como dantes?

Difícil responder. A comparação não é com governos democráticos, reformistas e progressistas ao longo do Continente, corajosos na implementação de transformações estruturais da sociedade, a despeito das armadilhas que lhes colocam pelo caminho. É apenas a continuidade de uma administração saudada por ter promovido uma movimentação, com ascensão social de camadas desprotegidas, mas que, considerada de forma mais consequente e séria, apenas limitada aos segmentos assalariados. Entre eles houve uma real redistribuição de renda, por conta dos programas assistenciais. Pelo que, resolveu-se determinar como de “nova classe média” famílias cuja renda não alcançam R\$ 1.300,00.

Faz sentido. Pois esta operação, limitada ao mundo do trabalho, serviu para estiolar o movimento social organizado que havia resistido com grande combatividade ao



mandarinato tucano-pefelista de FHC. E, ao mesmo tempo, tranquilizou as classes dominantes, na medida em que nem arranhou a tinta dos cofres dos grandes especuladores do sistema financeiro privado. Como afirmou o próprio Luiz Inácio, banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como durante seu governo. E nunca o Brasil pontificou com tantos novos bilionários na lista maldita da revista Forbes.

É a partir de tais preliminares que devemos falar de Dilma.

Seu início de governo é marcado pelo agravamento do que havia de pior em seu antecessor, e por um recuo sensível naquilo que pudesse representar algum contato com o passado de lutas do Partido, a cujo programa os dois deveriam se submeter. Aumenta a sensação de um pote até aqui de mágoas para o povo brasileiro. Povo bom e ingênuo

que acreditou, em 2002, com a eleição de Lula, ter gerado as condições para viver uma nova realidade. Uma realidade realmente pautada na concretização de uma democracia justa, social e politicamente avançada.

Mas qual o quê.

Consolida-se a guinada à direita, com a implantação de uma nova forma de populismo. Um populismo bem sucedido eleitoralmente, por realmente promover ascensão social de segmentos até então absolutamente abandonados. Segmentos antes controlados pelo clientelismo da direita, hoje beneficiados pelo assistencialismo-bolsista do lulismo. Um populismo inteiramente aceito pelas classes dominantes, por conta de subvenções e isenções tributárias pantagruélicas ao grande capital, especialmente o financeiro-especulativo, que se locupleta na especulação com títulos de uma dívida pública crescida dos R\$ 60 bilhões do início do mandarinato FHC aos R\$650 bi na posse do petista, e hoje já superando a barra dos R\$ 2 trilhões.

Um populismo, enfim, bem menos ousado do que o posto em prática por Getúlio Vargas, exemplo sempre referenciado, para o bom e para o ruim, pois absolutamente descompromissado com qualquer transformação estrutural semelhante às postas em prática no terreno social, basicamente nas relações de trabalho, pelo antecessor histórico. E que começa a sentir resistências.

Sintoma disso são as primeiras manifestações hostis, ainda que discretas, mas sensíveis depois de muitos anos de comprometedor caluda, da direção da CUT e do próprio PT. Sintoma disso é a descrença da cúpula do MST em relação a cumprimento de promessas concretas de uma Reforma Agrária necessária, que ao longo de décadas alimentaram as relações íntimas do Movimento com a liderança de Lula.

“Reforma Agrária, descanse em paz” fazia a manchete da foto onde o fundo era um campo coberto de cruzeiros, daqueles que vemos em filmes de guerra, para ilustrar o preço pago, em soldados mortos,

pela disputa de territórios. Foi essa a capa de Carta Capital, na sua edição de 3 de agosto – publicação sobre a qual ninguém tem dúvida quanto ao quase incondicional alinhamento com o governo Lula, e clara identificação com a campanha de Dilma Rousseff, na sucessão.

No corpo da revista, texto denso e bem fundamentado comprovava o fracasso da administração lulista, tudo indicando ser mantido por sua sucessora, no tratamento do problema que, para a história do Partido dos Trabalhadores, tem simbologia quase sagrada. Pior ainda, mostrando que, na comparação com o mandarinato tucanopefelista de FHC, e até mesmo com o período Costa e Silva, do regime ditatorial, a situação de concentração de propriedade da terra se intensificou com a implantação e manutenção do populismo lulista.

Bizarro... nessa altura do texto tenho a sensação de entorpecimento, de *dejà vu*, mas certamente isso tem a ver com o que falamos antes quanto à altura da barra para o salto do, ou da, atleta. Lula a deixou tão embaixo, que o tratamento com frieza dos sintomas parece ser algo necessariamente xoxo. Sem surpresas, comparável ao que seria dito sobre qualquer governo da direita tradicional.

E deve ser disso que estamos tratando ao continuar na avaliação. Pois como explicar que uma candidata tratada como terrorista, por um jornal empenhado em campanha do seu adversário na disputa da Presidência da República, conhecido pela relação promíscua com os torturadores da ditadura que o jornal apoiou e ela combateu, possa ter sido alvo de homenagem pessoal da presidente depois de eleita?

Só se explica se estabelecermos ligação direta com as iniciativas afetivas dessa presidente dita de esquerda em direção a Fernando Henrique Cardoso, nas festas dos 80 anos do introdutor do mais degradado neoliberalismo em nossa estrutura de governo. Dilma destacou “qualidades”, de “acadêmico e político”, que transformou seu mandato numa agência de implantação do



mais radical neoliberalismo tardio, abrindo mão de parcela essencial do patrimônio estatal com financiamento público subsidiado aos privilegiados que dele se apossaram. Mais grave ainda, agência de desregulamentação da economia no benefício dos maganos do sistema financeiro privado a quem entregou R\$ 40 bilhões do erário através do famigerado Proer, abrindo as portas do País para uma integração subalterna à globalização predatória. Não por acaso, a sequência de salamaques dispensáveis levou o cronista Zuenir Ventura a cogitar da previsível convergência ideológica entre a presidente e o cardeal tucano.

Mas há mais, e mais grave, nas manifestações de afeto político se mesclando com promiscuidade, intoleráveis numa presidente pretensamente progressista, quando vemos as sucessivas demonstrações de apoio ao governador Sérgio Cabral, a despeito dos malfeitos gerados pelas ligações suspeitas com empreiteiras com quem partilha vida privada. Quadro constrangedor, cujo primeiras pinceladas vieram com a truculência de Lula sobre a seção fluminense do PT, obrigando o partido a se entregar ao papel de linha auxiliar do novo enfant gaté. E que Dilma reforçou em tintas, quando veio dar a mão a Cabral logo após a tragédia do helicóptero, na Bahia, que revelou a promiscuidade criminosa entre o governador do Rio e algumas empresas e empreiteiros dispensados de licitação em seus negócios com o Estado.

Não vamos perder tempo aqui com avaliações sobre os episódios Palocci, Nelson Jobim e Alfredo Nascimento. Não servem para nada além de comprovar em que verdadeira formação de quadrilha se transformou o conceito de aliança política para o lulismo pragmático. Já é cansativo.

Mais importante é incidir sobre o estelionato eleitoral cometido com a privatização dos aeroportos, e a submissão crescente ao grande capital, que continua inexplicavelmente privilegiado a despeito das sucessivas análises públicas do presidente do IPEA, Marcio Pochman, quanto à indecente

injustiça tributária que caracteriza nossa arrecadação fiscal. Não vivemos, como insiste um dos grandes maganos, conselheiro especial da presidência da República, Jorge Gerdau, uma excessiva carga tributária. Vivemos, sim, uma distribuição perversas das responsabilidades dessa carga, como explica o citado Pochman, em artigo recente: “O adequado enfrentamento da injustiça tributária atual impõe a elevação da eficiência do Estado, seja no formato da arrecadação do fundo público como na sua redistribuição. Isso implicaria abandonar o vergonhoso peso do Estado proporcionalmente maior sobre os segmentos de menor rendimento, que transferem todo o mês praticamente a metade do que recebem por força do esforço do seu trabalho. Já os ricos, que por força de suas propriedades obtêm rendas elevadas, quase nada contribuem com o fundo público no Brasil” (Valor Econômico- 08/09/11).

Por fim, e para caracterizar o que define um governo conservador, subordinado ao grande capital, fica o registro da vergonhosa manutenção de prioridade em torno do famigerado superávit fiscal. Do que se trata? Trata-se da economia forçada a que o governo se submete, com cortes brutais nas políticas públicas, para atender os serviços de uma dívida pública que, como citamos acima, não cessa de crescer, embora nunca tenha sido feita a auditoria exigida na Constituição de 88.

Ainda está fresca a decisão recente, saudada pelos analistas das “consultorias” dos especuladores, quanto ao corte de R\$ 10 bilhões no Orçamento, para consolidação do superávit neste ano.

Resta um ponto final: e o PT com isso?

É da tradição política de uma coligação partidária de apoio ao governo, e mesmo quando os partidos tenham razoável grau de identidade ideológica, que entre si esses partidos disputem hegemonia de programa. Foi assim no Front Populaire, da França, nos anos 30, no qual socialistas e comunistas faziam a base essencial do governo Leon Blum. Foi assim na Unidade Popular, na

qual comunistas, socialistas e radicais progressistas disputavam a linha no governo de Salvador Allende.

Não é o que ocorre no Brasil, a partir da implantação do “polulismo” – o populismo pragmático lulista –, em que uma despersonalização programática foi imposta ao PT. Uma despersonalização que, sob orientação de uma cúpula cooptada, e das bancadas parlamentares no Senado e na Câmara – com honrosas, porém bem limitadas exceções –, imobilizou os movimentos sociais outrora combativos, e uma militância outrora atenta e participativa. Em nome de uma calhorda “governabilidade”, o PT abriu mão de disputa programática para se transformar numa espécie de cúmplice-avalista do PMDB, para subjugar pela corrupção das “emendas ao Orçamento” uma base de governo reacionária, e aberta às práticas dos mais abjetos malfeitos.

Se algum sinal positivo é registrado, com o retorno ao programa da exigência da regulamentação da mídia ocupada por concessão de direito público – rádios e tvs – que a Executiva covardemente havia suprimido na reunião preparatória, logo vem a compensação desanimadora. O PT do Rio de Janeiro se rende às exigências do governador Cabral e passa a admitir a privatização da Saúde, através de OSs, até então abominadas pelas diretrizes partidárias.

Qual papel resta à esquerda que não se rendeu nem se vendeu, grande parte dela abrigada no PSOL?

Ter consciência da inadiável necessidade de ampliar sua já heróica, porém pequena representação institucional, para continuar e ampliar as bases sociais que vem construindo com a liderança que nossos parlamentares vêm mostrando nos diversos embates. Bombeiros, no Rio, e profissionais de educação nos planos federal e estaduais. Reforçar, para abrir espaços alternativos aos que ainda acham que, por ação farisaica de um oposição de direita – que só é oposição porque não participa do botim –, apoiar o governo é a única saída.

**Milton Temer** é jornalista

# O governo Dilma

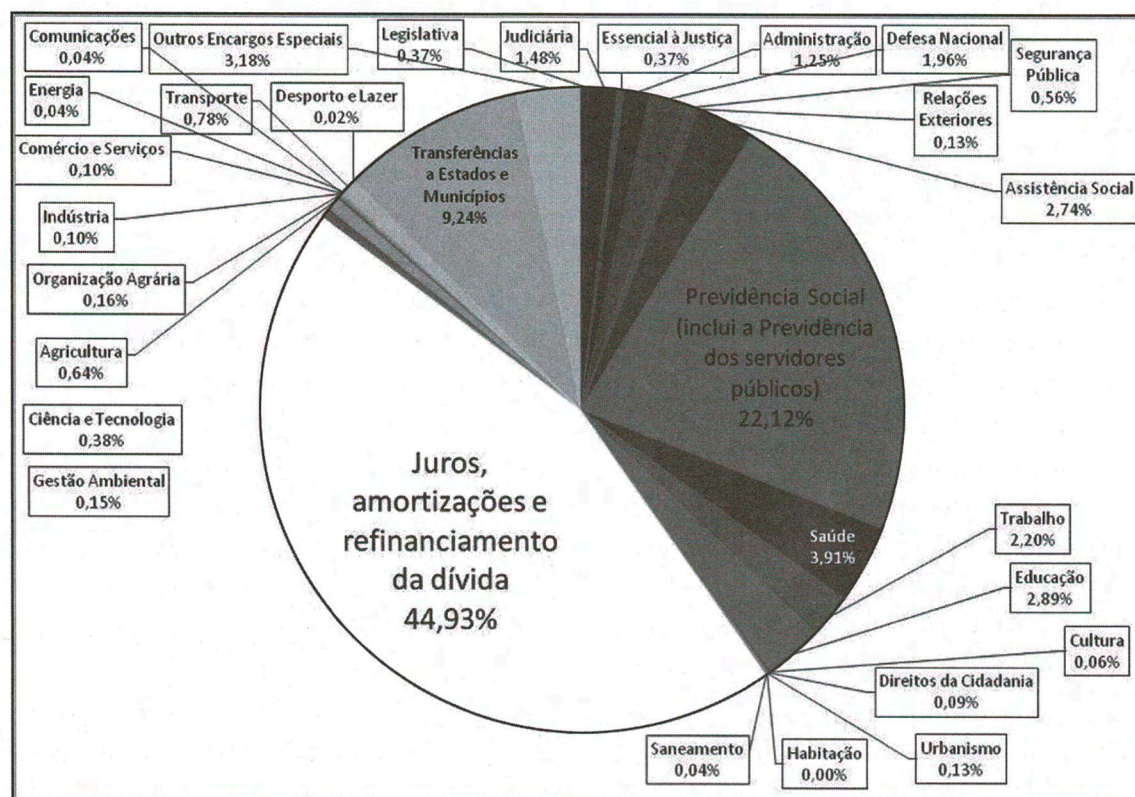
Por **Rodrigo Ávila**

Em 2010, a candidata Dilma Rousseff (PT) venceu as eleições presidenciais no segundo turno, contando com o apoio de 41% do eleitorado. Seu opositor, José Serra (PSDB), contou com 32%, sendo que o contingente de abstenções, votos brancos e nulos totalizaram 27%. Estes números mostram que, apesar da presidenta Dilma ter ganho a eleição, nada menos que 59% do eleitorado nacional não a apoiou, ou não se interessa pelo processo eleitoral.

O elevado contingente de eleitores que se abstiveram da eleição (21%) no segundo turno, e também o elevado percentual de eleitores que apoiaram Marina Silva ou Plínio de Arruda Sampaio no primeiro turno (15%) mostra que existe um importante segmento da população que discorda tanto da “Velha Direita” (PSDB/DEM) como do PT, embora parte deste contingente tenha sido obrigado a optar por alguma destas duas candidaturas no segundo turno (principalmente José Serra).

A vitória de Dilma reflete uma estratégia do governo Lula de executar políticas que cooptam segmentos da população, que antes eram simpáticas à “Velha Direita”. O Programa Bolsa Família, que atinge de forma assistencialista cerca de 50 milhões de pessoas, conquista a simpatia de grande parte da população mais pobre, enquanto o crédito farto para a aquisição de bens duráveis e a “melhoria” no emprego e na renda conquista a classe média. Mesmo que tal “melhoria” tenha sido tímida, ainda mal recuperando as perdas ocorridas durante o governo FHC, quando o país sofreu o efeito de 5 crises internacionais, contra apenas uma no governo Lula.

Orçamento Geral da União – Executado em 2010



Fonte: SIAFI – Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE>

Mas a população ignora tais séries estatísticas, se limitando a escolher o que lhes parece melhor, tendo escolhido, então, o voto na candidata de Lula. Ainda assim, 59% do eleitorado não votou em Dilma no segundo turno, o que sugere que a força política de Dilma provém mais da apatia política da população do que de uma melhoria social ocorrida no governo Lula.

O governo Lula/Dilma esperou passar as eleições para executar, ainda em 2010, um pacote de restrição ao crédito – provando que o crédito farto era um captador de votos – e, em 2011, um pesado ajuste fiscal, com cortes de gastos sociais de mais de R\$ 50 bilhões, para privilegiar os rentistas da dívida pública. Foram cortados recursos até mesmo da saúde e da educação, sendo que ministérios importantes perderam grande

parte de seus orçamentos (o setor de Turismo perdeu mais de 80%; Esportes mais de 60%; Cidades, Cultura e Meio Ambiente cerca de 40%; Reforma Agrária quase 30%).

O gráfico a seguir mostra que nada menos de 45% do orçamento federal é destinado ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto gastos sociais fundamentais contam com recursos várias vezes inferiores. (Veja gráfico acima)

Porém, também neste caso a população em geral não tem acesso a estes dados, até porque a grande imprensa, financiada pelo setor financeiro, não tem o menor interesse em divulgá-los.

É por isso que uma parcela da população ainda aprova o governo Dilma. Em abril de 2011 foi divulgada pesquisa Ibope (encomendada pela Confederação Nacional da

Indústria) mostrando que 56% da população consideram o governo Dilma Rousseff como “ótimo” ou “bom”.

Porém, este dado indica uma queda de 24% frente à última pesquisa sobre o governo Lula, em dezembro de 2010, quando este percentual era de 80%. No quesito “aprovação do Presidente” o percentual caiu de 87% para 73%.<sup>1</sup> Tal redução se deve, além da óbvia perda do “carisma” de Lula, ao pacote de contenção da economia. Estes dados mostram que a força de Dilma junto à população é bem menor que a de Lula.

No início de agosto, foi divulgada mais uma pesquisa CNI/IBOPE<sup>2</sup>, que constatou mais uma queda na aprovação do governo Dilma Rousseff, de 56% para 48%, já somando uma queda de nada menos que 32% frente a Lula. Ou seja: a presidente já não conta mais com a avaliação “ótimo ou bom” da maioria da população.

Mas os aspectos mais significativos desta pesquisa foram pouco comentados: a reprovação de todos os quesitos da política econômica. Apesar da grande propaganda oficial de que o país vai bem, e que a população estaria contente com a situação, mais da metade dos brasileiros desaprova as políticas de juros, tributação e combate à inflação.

Apenas em 4 meses, a reprovação à política de juros subiu de 43% para 63%, refletindo as 5 altas de juros do governo Dilma. A reprovação à política de combate à inflação também subiu fortemente: de 42% para 56%, mostrando que a população já não concorda com o argumento oficial, de que as altas taxas de juros seriam necessárias para o combate à inflação. As recentes altas dos alimentos e preços administrados pelo governo – como os combustíveis – têm gerado grande insatisfação, e não podem ser combatidas por meio de alta de juros. A reprovação da política tributária também teve grande aumento: de 53% para 69%.

A política de geração de empregos já sofre oposição de 47% da população, desmistificando a propaganda de que o mercado de trabalho no Brasil estaria em uma situação

paradisíaca, enquanto a reprovação da política de saúde cresceu de 53% para 69%. Até mesmo a política assistencialista (representada pelo “Bolsa-Família”) já começa a ser questionada: a reprovação da política de “Combate à fome e à pobreza” já subiu de 24% para 40% desde o início do governo Dilma.

Apenas nos últimos 4 meses, mais que dobrou o percentual de pessoas que reprovam a Presidente Dilma (12% para 25%), enquanto os que não confiam na Presidente cresceram de 16% para 29%.

Diante desta grande aversão popular à política econômica, a Presidente agora tenta dar a esta política uma cara mais “progressista”, ao negociar com o Banco Central uma queda de meio ponto na taxa de juros, mas que não retira o país da condição de campeão mundial de taxa de juros, ainda bem superior ao dobro da taxa do país segundo colocado, a Hungria. E o preço para isto foi mais um aumento do “superávit primário” em R\$ 10 bilhões.

A conjuntura também coloca mais desafios para a Presidenta, tais como a crise global da dívida pública, gerada pelo salvamento do setor rentista, que agora ainda tem a desfaçatez de exigir pesados ajustes fiscais dos governos do Norte. Tais ajustes fiscais geram desaceleração da economia global, o que afeta o Brasil. A Presidente Dilma tem se utilizado disso para negar qualquer aumento de gasto social, como a recuperação dos salários dos bombeiros e policiais estaduais, ou a recomposição do orçamento da saúde.

Tudo isso aponta para o fato de que a Presidenta Dilma necessitará muito mais da “pelegagem” dos seus sindicatos e centrais, em um novo contexto de carestia e ajuste fiscal. O corte de gastos sociais e dos reajustes e concursos dos servidores públicos, junto com as péssimas condições de trabalho dos operários da construção civil – principalmente nas obras do PAC, onde ocorreram levantes de milhares de trabalhadores, como em Jirau – geram insatisfação dos trabalhadores tanto do setor público como do setor privado, apesar de

grande parcela dos sindicatos destes dois setores estar atrelada ao governo.

Não se sabe se a atual crise alimentar e a inflação irão se agravar, e também não se sabe se a população se revoltará contra isto ou contra os precários serviços públicos de saúde e educação, por exemplo. Também não se sabe qual será o poder dos sindicatos ligados ao governo em conter as revoltas populares.

De qualquer forma, abre-se um novo período, onde a população já começa a se revoltar, tal como nas obras do PAC, nas cidades – contra o aumento da gasolina – e no âmbito do funcionalismo público, como no caso dos bombeiros e policiais.

#### “Governabilidade”: para quê?

No Congresso Nacional, o poder do governo cresceu após as eleições, tanto na Câmara como no Senado, com a aliança com o PMDB. Na primeira votação que testou a autoridade da Presidenta Dilma – que estabeleceu o salário mínimo de R\$ 545, sem nenhum aumento real – o governo contou com mais de 3/5 dos deputados e senadores, fatia esta que permite até mesmo a aprovação de Propostas de Emendas à Constituição.

Isto abre a possibilidade de aprovação de reformas neoliberais como a Previdenciária, com a instituição da idade mínima de aposentadoria do INSS e a privatização (criação dos Fundos de Pensão) do Regime Próprio dos servidores públicos por meio do PL 1992/2007, já aprovado em agosto na Comissão de Trabalho da Câmara.

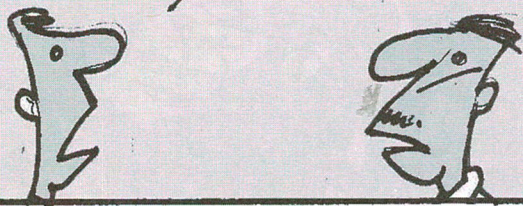
O Projeto de Lei Complementar 549/2009, de iniciativa do Poder Executivo, congela por 10 anos o salário dos servidores públicos. Cabe comentar que, antes mesmo dele ser aprovado, o governo já o implementa na prática, cortando os reajustes e aumentos.

Na questão ambiental, o governo se alia aos ruralistas para aprovar o Novo Código Florestal, que anistia os desmatadores e reduz as áreas de proteção ambiental, fortalecendo ainda mais o modelo primário-exportador. Aprofunda-se assim o papel do



## EFICIÊNCIA

HÁ 10 ANOS EU TINHA UMA EMPRESA COM 100 FUNCIONÁRIOS. AÍ FIZ UMA REENGENHARIA E CORTEI METADE DO PESSOAL...

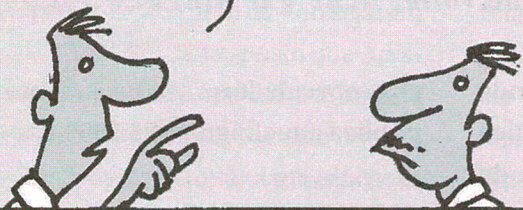


DEPOIS VEIO A CRISE E TIVE DE DEMITIR MAIS 30 TRABALHADORES...



MARIBONI

COM A RECESSÃO DO ANO PASSADO, CORTEI MAIS 10. HÁ 15 DIAS, MANDEI TODO MUNDO EMBORA E FIQUEI COM A EMPRESA SUPER-ENXUTA.



AGORA, QUANDO ESTAVA TUDO AJUSTADO PARA EU VOLTAR A CRESCER E TINHA ME TORNADO SUPER EFICIENTE...



EU FALI...

Brasil no mundo, de fornecer alimentos e matérias primas, enquanto importa cada vez mais produtos industrializados.

Neste ponto, a política de juros altos é extremamente funcional, pois atrai uma enxurrada de capital estrangeiro – em busca do ganho fácil com a dívida interna – gerando a sobre-valorização da moeda nacional, barateando as importações. Como resultado, nos últimos 4 anos o Brasil quase dobrou as importações de produtos dos EUA, mostrando que a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – vem sendo implementada no país, por outras formas.

A despeito de uma suposta “crise na

base parlamentar”, vários outros projetos nocivos têm sido aprovados na Câmara, a exemplo dos financiamentos do BNDES para obras da Copa do Mundo e Trem-Bala Rio-São Paulo-Campinas, a flexibilização das licitações para a Copa do Mundo, e a privatização de vários setores como os Correios (Medida Provisória 532), o Ensino Técnico (PL 1209/2011 – PRONATEC) e os aeroportos.

Portanto, a dita “governabilidade”, gerada pela aliança com o PMDB, serve, na realidade, para a aprovação de projetos nocivos ao país, e não para uma suposta “sobrevivência de um governo progressista”.

## Fontes

1 As pesquisas CNI/IBOPE (de dezembro/2010 e março/2011) podem ser consultadas nos endereços abaixo: <http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF8080812CEBC82A012CEF8710D506F7/Pesquisa%20CNI-IBOPE%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20governo%20e%20expectativa%20novo%20governo%20dez%202010.pdf>

[http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF8080812EEF1BD7012F118B8331356E/Pesquisa%20CNI-IBOPE\\_mar2011.pdf](http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF8080812EEF1BD7012F118B8331356E/Pesquisa%20CNI-IBOPE_mar2011.pdf)

2 [http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF8080813153DC860131B43638AB0715/CNI-IBOPE\\_avalgoverno\\_ago2011\\_web.pdf](http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF8080813153DC860131B43638AB0715/CNI-IBOPE_avalgoverno_ago2011_web.pdf)

# O grande pacto petista

Por **Gilberto Maringoni**

O governo Dilma Rousseff, terceira gestão do PT à testa do Executivo Federal, não tem atritos com a oposição de direita, com a imprensa e com a plutocracia brasileira.

Nunca antes na história deste país um governo apresentou tão amplo leque de apoio parlamentar. Nada menos que dez agremiações disputam para ver quem é mais governista. São elas PT, PMDB, PDT, PCdoB, PRB, PSB, PTN, PP, PR e PSC. Agregue-se a esses uma parcela expressiva do DEM (em especial a bancada ruralista) e o novíssimo PSD, de Gilberto Kassab.

Entre os liberais conservadores, apenas o PSDB e o PPS ficaram de fora. Sem conseguir formular um projeto próprio que os diferencie substancialmente dos governos Lula e Dilma, tais agremiações esfacelam-se em querelas internas, golpes das burocracias partidárias, disputa entre caciques, debandada geral e instabilidades insolúveis.

À exceção do PSOL e dos demais partidos de esquerda, o governo também não tem pendências sérias com parcela expressiva do movimento social organizado.

A administração petista tem problemas é com sua base de apoio no Congresso e com os partidos aliados. Problemas sérios, entre os quais denúncias de corrupção, ladroagem, disputas de espaço, conspirações palacianas, provocações baratas (e caras) e chantagens de todo tipo.

Em síntese, com uma situação dessas, Dilma não precisa de oposição.

## Mimando a direita

Com a maior parte da direita brasileira abrigada sob as asas do Planalto – com suas bandeiras acolhidas confortavelmente pelo PT –, não há quase espaço para a oposição



*- E aí, Guido... Conseguimos agradar o mercado?  
- Sei lá... Já tentamos de tudo: cortes, juros, superávit...  
Só falta chamar o Malan de volta. Acho que ninguém vai notar...*

conservadora. Os representantes do grande capital estão felizes da vida com a política monetária ortodoxa (juros altos, metas de inflação, câmbio flutuante e liberdade de circulação de capitais), absoluta prioridade ao capital financeiro (elevadas metas de superávit primário), direcionamento dos financiamentos do BNDES especialmente aos grandes monopólios, privatizações de ativos (aeroportos), fim da reforma agrária, arremedo de comissão da verdade e muitas outras coisas.

A par disso, o governo faz acenos a parcelas expressivas da pequena burguesia (com facilidades de crédito para a compra de bens duráveis), dos trabalhadores organizados (reconhecendo as centrais sindicais) e foca suas políticas aos pobres em programas de transferência de renda que representam cerca de vinte vezes menos do que é transferido

aos especuladores via pagamento da dívida pública anualmente (R\$ 235 bilhões).

## Essência do lulismo

Esta é a essência do modo lulista de governar: ampla e heterogênea base de apoio, com prioridade para o grande capital. Assim, as gestões chefiadas pelo PT buscam conformar um novo pacto social.

Aparentemente não se trata de algo episódico, mas de uma mudança estrutural em relação ao cenário observado ao longo dos anos 1980 e 1990. O processo só encontra paralelo na aliança delineada por Getúlio Vargas, a partir de 1930.

Há um detalhe essencial para o pacto petista funcionar: a economia precisa estar crescendo. Como não há distribuição funcional de renda – isto é entre o capital e o trabalho – mas a redução das desigualdades entre os

que vivem do trabalho, sem tocar no capital, é vital que o PIB esteja em expansão para que todos se sintam contemplados no modelo. Essa é a única maneira de a maioria dos setores sociais serem beneficiados – de forma bastante assimétrica – ao mesmo tempo.

Os problemas que a presidenta Dilma vem enfrentando com sua base de apoio são dilemas típicos de encurtamento de cobertor, por conta da crise externa e da redução do crescimento econômico.

Explica-se. O governo, logo nas suas primeiras semanas, anunciou um corte orçamentário de R\$ 50 bilhões, ou 3% do PIB. Uma das maneiras de concretizar a navalhada foi restringir o alcance das emendas parlamentares. Aliada a atrasos em nomeações para cargos do segundo escalão, a medida provocou renhida insatisfação na chamada base aliada.

### Rumo ao centro

Ao longo de nove anos, o PT completou uma hábil movimentação para ganhar a confiança do topo do empresariado operante no Brasil. Embora as mudanças nessa direção já fossem perceptíveis desde a década anterior, quando o partido deu início a uma segura guinada rumo ao centro, a consolidação dessas diretrizes aconteceu com a ação concreta da administração pública.

Começando seu primeiro mandato (2003-07) com um duro ajuste fiscal e com a reforma da Previdência, o Presidente Lula exibiu na prática o programa de governo que desejava tocar dali em diante. Entretanto, ao contrário do que muitos vocalizaram à ocasião, o governo petista não era uma mera continuidade de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

A gestão Cardoso representou no Brasil a aplicação a ferro e fogo das diretrizes do Estado Mínimo, com uma agressiva política de privatizações, de liberalização da movimentação de capitais e do desinvestimento na expansão de atividades próprias do Estado, como os serviços públicos, as forças armadas e a diplomacia. Nesses anos, o salário mínimo, como consequência, chegou a um de seus mais baixos patamares históricos, de 70 dólares mensais.

Qual o giro operado por Lula? Primeiro foi o de ganhar a confiança dos chamados mercados, através da manutenção da ortodoxia monetária, especialmente ao longo de seu primeiro mandato (2003-2007). Depois foi mostrar ao grande capital que o desenvolvimento do país estava centrado em pelo menos duas bases: expansão do mercado interno e busca de novos mercados nos países em desenvolvimento. Nessas duas vertentes, o dirigente petista teve amplo sucesso.

A diplomacia brasileira conseguiu atrair novos parceiros, após anos seguidos de déficits em nossa balança comercial ou de resultados medíocres (déficit de US\$ 697 milhões em 2000, alcançando um pico de US\$ 46 bilhões em 2006), resultantes de anos de sobreapreciação cambial.

Na fronteira interna, a estabilidade monetária, após as turbulências de 1999-2002, possibilitou um acelerado crescimento do crédito tanto às empresas quanto às pessoas físicas. Esta última modalidade resultou em inédita expansão da indústria de bens de consumo duráveis, em especial da automobilística. Os números do Banco Central são eloquentes: de pouco menos de 20% em julho de 2004, o total de crédito ofertado na economia chegou a 45,7% do PIB em junho de 2010. Os empréstimos do BNDES, com juros subsidiados (TJLP) de 6% ao ano, saltaram de R\$ 35,1 bilhões em 2003, para R\$ 140 bilhões em 2010.

Aliado a políticas de valorização do salário mínimo – que teve seu valor majorado em 70% em termos reais ao longo dos dois governos lulistas –, à expansão da seguridade social e a políticas focadas de transferência de renda, o mercado interno sustentou expressivos índices de crescimento.

### Vargas e Lula

Tais características possibilitam a realização de um grande acordo nacional. Seria uma repactuação geral das relações entre as classes sociais no Brasil, algo estrutural, como não se via no país desde o primeiro governo Vargas (1930-45).

Getúlio Vargas conseguiu empreender um grande pacto, mudando as relações de

produção e as relações sociais, modernizando o parque produtivo, utilizando a política fiscal para investimentos em infraestrutura que davam suporte à industrialização e concedendo leis trabalhistas ao crescente operariado urbano. Logrou fazer isso sem tocar na propriedade da terra e conformando sob suas bases dois partidos aparentemente antagônicos, o PSD (representante dos grandes latifundiários e industriais) e o PTB (que vocalizava os anseios dos trabalhadores). Elemento fundamental para a concretização desse pacto, que duraria até 1964, foi a dura repressão à esquerda comunista.

Uma diferença salta à vista. Enquanto Getúlio integrou os trabalhadores ao modelo desenvolvimentista através da concessão de direitos trabalhistas, Lula realiza movimentação semelhante através de aumentos salariais, expansão do crédito e iniciativas focadas, que aumentam o poder de compra dos pobres. Em síntese, a integração atual se faz via mercado. Não há incentivo algum a uma convivência solidária ou coletiva, mas ao individualismo consumista.

O governo não é apenas petista (agremiação que representa as massas assalariadas em sua essência), mas também do PMDB (amalgama partidário a agrupar diversas facções do capital).

Qual é o projeto do governo? Seguramente não é mais um projeto democrático e popular, denominação que caiu em desuso nos últimos anos.

Tudo indica que o governo petista resolveu adotar o mote lançado pelo PSD de Gilberto Kassab: alega não ser de esquerda, nem de direita e nem de centro. Ou seja, porta aberta para todos os que buscam negar peremptoriamente que tenham lado nas disputas políticas da sociedade. Não por acaso, quase sempre são de direita.

Vale uma pergunta, para terminar: essa amplíssima coalizão de forças é para mudar o que mesmo no país?

**Gilberto Maringoni**, jornalista e cartunista, é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP)

# A próxima batalha entre público e privado no Brasil

Por **Luiz Araújo**

A sociedade brasileira irá vivenciar mais uma batalha importante de sua história. O debate e a aprovação do novo Plano Nacional de Educação reeditam uma das mais antigas batalhas na educação: o conflito público versus privado.

Em dezembro de 2010 o governo federal enviou o Projeto de Lei nº 8035 ao Congresso Nacional. Este texto expressa a persistência do pensamento conservador em seguidos governos em nosso país. A lógica que preside o texto não é a noção de educação como direito público, que deve ser garantido pelo Estado. Pelo contrário, é possível vislumbrar nas entrelinhas do Projeto a visão de Estado Mínimo, de diminuição da presença do público na prestação de serviço educacional, o fortalecimento da transferência de recursos do fundo público para a iniciativa privada e a proposição de repassar para as famílias brasileiras o ônus da garantia do acesso de seus filhos ao ensino profissional e superior.

O Projeto é melhor do que aquele apresentado pelo governo FHC há uma década, afinal os tempos são outros e o governo petista precisa fazer mediações com a base social organizada que dá sustentação popular ao governo. Assim, algumas reivindicações de ampliação do acesso escolar foram incorporadas ao texto. Mas prender o olhar nas aparências é o caminho mais rápido para perder a visão do todo e, principalmente, da essência da proposta.

Como diz o ditado, o diabo mora nos detalhes, a concepção privatista aparece nas entrelinhas e nos anexos do Projeto, mas se manifesta também nas ausências e omissões.

A primeira evidência é a incorporação dos setores privados como parceiros viabilizadores da expansão escolar nos principais gargalos do sistema educacional. Na educação infantil o texto quer estimular a proliferação de escolas mantidas

por comunidades e igrejas, todas devidamente aquinhoadas com subvenções públicas, mas com capacidade de executar um serviço mais barato, fora das amarras de pagamento de pisos salariais e planos de carreira.

Ao desafio de incluir mais de um milhão de jovens no ensino médio profissionalizante a resposta governamental é por um lado combinar subsídios para a iniciativa privada, por intermédio de bolsas, e por outro repassar para as famílias a responsabilidade de obter créditos para financiar vagas que por direito deveriam ser públicas. Nesta área o espelho é evidentemente a experiência chilena que, aliás, está se desmanchando no ar com sua classe média no limite do endividamento com os bancos.

O Projeto mantém a lógica de ampliação de vagas no ensino superior ancorado na iniciativa privada. Se em 2001 a cada cem estudantes 32 estudavam em escolas públicas, o governo Lula deixou esta relação em 26,4 alunos. É verdade que no seu governo a rede pública federal voltou a crescer, mesmo que sob a égide de regras que flexibilizam a qualidade (“fazer mais com menos” ou “oferecer mais vagas com o mesmo dinheiro”), mas a regulação do setor privado continuou frouxa e as faculdades particulares se interiorizaram, tornando mais equânime a oferta privada no país. Para o governo a relação amplamente favorável deve ser congelada na próxima década. E, das vagas que caberão serem oferecidas pelo poder público, metade deve ser no formato à distância.

O corolário do Projeto é a projeção de um crescimento do gasto público em educação de 2% do PIB em dez anos. É o que cabe na agenda conservadora do ajuste fiscal. Enquanto as áreas sociais buscam desesperadamente um pouco mais de recursos para manter um mínimo padrão de qualidade e de acesso aos serviços, o gasto público com a rolagem, amortização e pagamento de juros da dívida pública mantém sua escalada. Em 2010 foram transferidos 44,3% do orçamento federal

para os credores da dívida. A proposta orçamentária para 2012 propõe uma destinação de 47,9%.

A sociedade civil está se mobilizando para enfrentar este projeto tímido e permeado de conotações privatistas. A principal proposta é a destinação de 10% do PIB para a educação pública. O conjunto de emendas que foram apresentadas pelos segmentos sociais possui como fundamento o caráter público que deve ter um plano educacional. Isso se traduz na defesa de uma elevação da participação pública no ensino profissionalizante e superior, no estabelecimento de um padrão de qualidade que diminua as desigualdades regionais presentes em nossa educação, maior controle público sobre a iniciativa privada e, principalmente, que os recursos públicos sejam destinados exclusivamente para escolas públicas.

Não tem como não recordar da imensa contribuição de Florestan Fernandes para este debate. As batalhas que ele ajudou a travar viabilizaram a existência de uma rede pública gratuita e uma vinculação constitucional de recursos para a educação. O desafio de nossa geração é preservar o caráter público, não permitir retrocessos privatistas e estabelecer um padrão mínimo de qualidade, tornando a oferta escolar menos desigual em termos sociais, raciais e regionais.

Nesta batalha temos que superar o poder econômico das elites, o conservadorismo do governo petista e a fragmentação do movimento social. Por isso construir ações unitárias no movimento social em defesa de um Plano Nacional de Educação que represente ampliação dos direitos é parte de nossas responsabilidades históricas. A unidade construída nesta batalha poderá ajudar a tornar a organização dos trabalhadores mais vigorosa e decisiva para as demais contendas com as elites.

**Luiz Araújo** é professor, mestre em políticas públicas em educação pela UnB e doutorando na USP; foi secretário de educação de Belém (1997-2002) e presidente do INEP (2003-2004)

# O paradoxo da Educação

Por **Rodolfo Mohr**

Quanto mais se expandem as Universidades mais contradições aparecem. Há um descompasso evidente entre o aumento da oferta de vagas e as condições necessárias para sua existência. Se observarmos os números da expansão veremos a timidez e a distância entre as vagas criadas e a demanda latente. Ainda mais se incorporarmos na análise a expansão da educação superior privada, que corresponde a maioria absoluta das cadeiras universitárias.

A tão citada classe econômica C, famílias com renda mensal entre 4 e 10 salários-mínimos, cada vez mais integrada ao mercado consumidor brasileiro, além de automóveis e geladeiras, deseja também a conquista de diplomas. Entretanto, esbarram na falta de vagas e em estruturas acadêmicas construídas para o estudante que não necessita de carteira assinada, seja por ser sustentado pelos pais, seja por bolsas acadêmicas ou estágios precarizados. Soma-se a isso o *lobby* das Universidades particulares que conquistaram, através do Prouni, o preenchimento de suas vagas ociosas e garantiram enormes isenções de impostos. Hoje são sustentadas por dinheiro público, com gestões autocráticas, na sua maioria com viés religioso e com pouca reversão social do investimento estatal. Na maioria das Universidades, as bolsas do Prouni e mesmo as bolsas do FIES são usadas como chantagem ao movimento estudantil, as ameaças de perderem suas bolsas e a oportunidade de concluir sua graduação são constantes.

Há a necessidade de expansão massiva, qualificada, voltada ao estudante trabalhador. Por isso é premente pensar a reestruturação do funcionamento de nossas Universidades Públicas. Não se trata de terminar com o ensino diurno, pelo contrário, a expansão da oferta de vagas noturnas e a organização curricular que ocupe apenas um turno do dia, com exceção dos cursos que exigem jornada dupla. Neste caso o governo deve prover os

recursos necessários para que o estudante tenha, assim como os docentes, dedicação exclusiva aos estudos. Aqui reside um dos maiores problemas, identificados até mesmo pelo MEC: a evasão. Hoje, a evasão universitária está na casa dos 40%. Quase metade da oferta de vagas não se transforma em profissionais formados.

O aumento do Ensino Superior responde a várias pressões. Porém a maior delas é a construção da imagem de um Brasil que cresce e se desenvolve, marca da propaganda estatal da era petista. Só que o Brasil real tem outra dimensão. Quanto mais se expandem vagas precarizadas nas Universidades Federais, mais mobilização e reivindicação o governo, através do MEC e das Reitorias, tem que responder.

A Universidade que Lula e Dilma ofereceram não é a mesma que os estudantes encontram. Muitas enfrentam situações-limite. Turmas superlotadas, falta de salas de aula e laboratórios, bibliotecas defasadas, restaurantes universitários com filas quilométricas, bolsas-auxílio deterioradas pela inflação e sem política geral de recuperação, déficit de professores e técnicos-administrativos de um lado e sobrecarga docente e terceirização de outro.

As recentes ocupações de Reitoria em todas as regiões do país e a greve dos técnicos-administrativos das Universidades Federais denunciam essa situação. E tratam de reivindicar e apontar um caminho.

## 10% do PIB e democracia real

Duas questões centrais devem ser modificadas: financiamento e gestão. Ambas são disputas fundamentais para postularmos a Educação como eixo prioritário do desenvolvimento brasileiro.

O conjunto do movimento social da educação reivindica pleno investimento nesse setor. De norte a sul do Brasil unifica-se a luta pelos 10% do PIB para Educação. Isso representa sair dos atuais R\$ 70 bilhões para algo em torno de R\$ 360 bilhões, cinco vezes mais. Com esse aporte de recursos superaríamos os gargalos que impedem a expansão com qualidade e promoveríamos uma verdadeira revolução da oferta qualificada e emancipadora da educação em todos os níveis, da creche ao pós-doutorado, no vocabulário dilmista.

Temos que pautar também a questão da gestão universitária. Lá se vão alguns séculos desde o surgimento das primeiras universidades. Porém alguns traços seguem os mesmos. Os mestres iluminados comandam as instituições, num misto de corporativismo docente e fisiologismo acadêmico, em que uma pequena casta de professores detém o poder universitário, quase como propriedade particular. Infelizmente a Lei de Diretrizes e Bases da educação ainda possui o entulho autoritário, em que os professores possuem 70% do peso nas deliberações acadêmicas, bem como só a elite da elite dos docentes pode concorrer ao cargo de Reitor e vice.

Precisamos democratizar a gestão universitária, oxigenar as ideias, diversificar os atores. O movimento sindical e estudantil tem uma enorme contribuição a realizar, ainda restrita ao campo das reivindicações e da mobilização.

## A juventude que luta e sonha

Na contramão do pragmatismo e da governabilidade, há novas e importantes manifestações no Brasil. São os primeiros momentos da onda indignada que corre o mundo. Além das lutas radicalizadas por infraestrutura e qualidade, e da greve, nas Universidades, vimos no primeiro semestre o estalar de novas lutas. Marcha da Liberdade, Fora Ricardo Teixeira e contra o aumento das passagens de ônibus. Inspirados pelos espanhóis, mil pessoas acampam diante de Wall Street em Nova Iorque, centro do colapso econômico mundial de 2008.

Teremos no 15 de outubro próximo, a primeira tentativa global de resistência à crise, de combate a partidocracia e de apresentação da plataforma Democracia Real. As propostas democráticas, vindas das praças espanholas para o resto do mundo, atingem em cheio os interesses da classe dominante e seu regime político. É no compasso destas lutas, estudantis e gerais, que devemos postular o PSOL anticapitalista.

**Rodolfo Mohr** é diretor de Movimentos Sociais da UNE pela oposição de esquerda. Estuda jornalismo na UFRGS e é do Juntos.

# Das ocupações de reitorias às praças: defender outro modelo educacional e construir outra civilização

Por **Lucas de Mello Braga**

A capacidade coletiva de transformar a realidade volta a tomar o mundo. “Não aceitaremos mais as coisas como estão” é o grito da juventude nas praças espanholas, nas ruas chilenas e nas universidades no Brasil. Muito mais do que a expressão da luta por melhores condições materiais para a vida cotidiana, as lutas que crescem no mundo são resposta a situação mundial de recrudescimento dos ataques das classes dominantes contra as condições de vida da população. As grandes lutas do século XXI começaram, e as novas formas de organização e mobilização indicam um caminho que terá continuidade.

Em todo canto do mundo, essas lutas são respostas a reprodução do modelo social, político, cultural e econômico vigente. No Brasil, as grandes obras, projetos e investimentos em infraestrutura e construção civil são característicos do modelo de desenvolvimento adotado pelo governo Dilma. Nesse projeto, incluem-se a busca pela redução do custo da mão de obra, a reforma urbana voltada para a especulação imobiliária, e uma agressão crescente ao meio ambiente. Ao mesmo tempo, cresce o enfrentamento a esse projeto, na resistência às remoções da Copa do Mundo, na greve nacional dos servidores públicos federais e no crescimento do movimento estudantil.

Nas universidades, o movimento estudantil também dá resposta aos rumos que vem seguindo a educação brasileira. Não é desta década o projeto de reforma universitária voltado para a privatização e mercantilização da educação,

mas foi no governo Lula que esse projeto começou a ser implementado com maior capacidade. A manutenção do veto aos pontos do PNE, a aprovação da lei de Inovação Tecnológica, as Fundações de Apoio, o PROUNI e em 2007, a imposição do REUNI às universidades, são parte da readequação da universidade brasileira ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

No último período é clara a expansão que a universidade pública brasileira vive. O número de estudantes matriculados aumentou consideravelmente, novas universidades e campi foram criados. Ao mesmo tempo o governo não dá conta da destinação de recursos necessários para que essa ampliação no acesso, de conta de uma formação de qualidade, da redução das taxas de evasão, maior especialmente no grupo de estudantes oriundos das camadas mais baixas da população. O governo, ao contrário retoma uma política neoliberal de corte de gastos públicos, em especial da educação (mais de 3 bilhões), enquanto metade do orçamento é destinado ao pagamento da dívida pública.

No Governo Lula se intensificaram as parcerias público-privadas na educação, com as Fundações de Apoio e com o financiamento público de vagas nas instituições privadas de ensino. Temos, nas instituições privadas, uma expansão que se dá em taxas sempre maiores do que a da rede pública. O percentual dos estudantes matriculados nas instituições públicas caiu em relação ao setor privado.

Na década de 1990, cerca de 34% dos estudantes estavam matriculados nas instituições públicas, hoje são 22%. As instituições públicas são cada vez mais remodeladas ao modelo das privadas. A meta quantitativa de aumento da relação professor/aluno para 1 para 18, estipulada pelo REUNI, equipara as universidades públicas às instituições privadas mais mercadológicas. Ainda a Medida Provisória 525, que permite a

contratação de professores temporários, com trabalho regulamentado pela CLT, isto é, vínculo mais precário que um servidor público e sem compromisso com a produção acadêmica.

Em síntese, o aumento do número de matrículas nas universidades, com uma ínfima destinação de verbas, a diminuição do tempo necessário para obter um diploma, o desmantelamento da pesquisa e da extensão são responsáveis pela diminuição do custo médio da mão de obra especializada, pela reafirmação de uma universidade que não produz conhecimento, que prepara a juventude para o seu papel no mercado de trabalho.

## “O homem coletivo sente a necessidade de lutar”

Os problemas decorrentes desse projeto são encarados por todos os estudantes de universidades públicas no Brasil. Falta de professores, moradia, bandeirão, bolsas e de estruturas físicas minimamente adequadas são problemas locais mas que se reproduzem em todas as universidades. A denúncia do projeto do REUNI, que em 2007 levou os estudantes a ocuparem suas reitorias em todo o Brasil, gerou os problemas que hoje voltam a mobilizar os estudantes de todo o Brasil.

Nesse último mês vivemos greve estudantil na UFPR, ocupação de reitorias na UFF, UFSC, UEM, UFES, UFESM, UFMT, UFRJ, UFRGS e muitas outras. Em todas as universidades, as mobilizações se deram por pautas locais, mas articuladas a luta por mais verba para a educação pública, solidariedade aos trabalhadores e em sintonia com os movimentos sociais e populares.

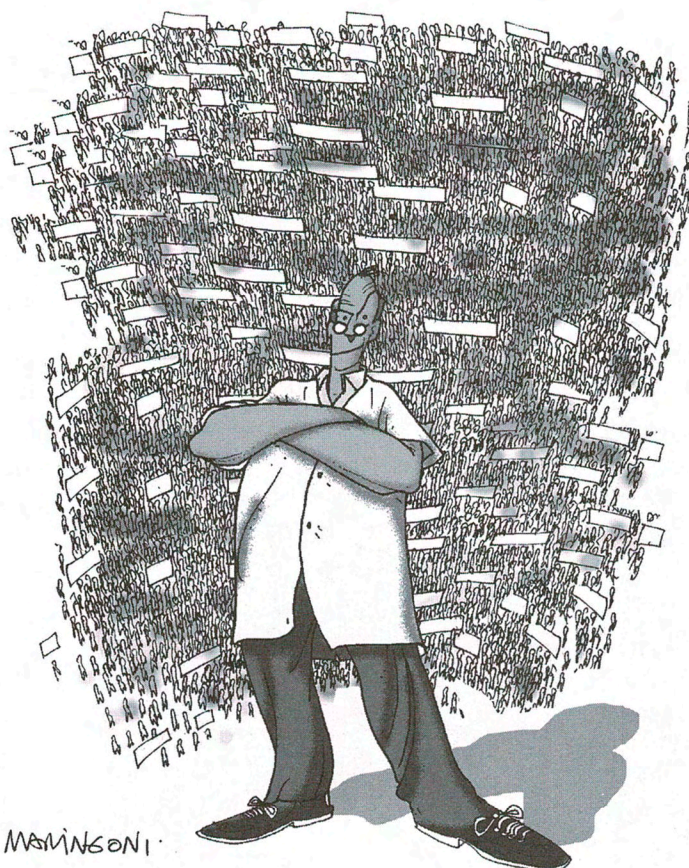
Na Universidade Federal Fluminense, desde o dia 24 de Agosto se intensificou o enfrentamento a esse projeto de universidade, voltado para a lógica do lucro e aos interesses de um

setor privatista na universidade e grandes empresários e empreiteiras da cidade. A falta de democracia interna, a existência de cursos pagos dentro da universidade e a tentativa de construção de duas Vias por dentro da universidade, que iriam remover 100 famílias vizinhas, para facilitar o acesso a um condomínio de luxo desencadearam um grande processo de luta.

Durante 6 dias mais de 400 estudantes ocupados na reitoria, com amplo apoio da comunidade acadêmica e da população de Niterói levaram a cenas épicas de enfrentamento dos estudantes com a Polícia, que recuou frente a quantidade de estudantes e de câmeras presentes. Essa mobilização que fez a reitoria da universidade ceder na maioria das pautas de reivindicações estudantis, paralisando a construção de uma das vias, aprovando a construção de 3 novos bandejos, ampliação da moradia, aumento do valor das bolsas, fim dos cursos pagos.

Mas se os problemas da educação são nacionais, não são as vitórias locais capazes de transformar as universidades no país, tampouco a própria UFF. Não está descolado de cada ocupação de reitoria em curso o horizonte do enfrentamento ao projeto de educação implementado. De nada adianta lutar contra os problemas locais se esta luta não é casada à luta pela destinação de mais verbas públicas para a educação pública, mas também de nada adianta a defesa de 10% do PIB para a educação se esta também não está intimamente ligada ao processo de radicalização das lutas dos estudantes nas universidades, que em última instância, é a luta por uma outra sociedade.

A defesa por outro modelo para a educação brasileira passa pelo resgate de uma bandeira histórica do movimento educacional: 10% do PIB pra Educação Pública. Essa foi a defesa do Projeto da Sociedade Brasileira - PSB, em 1997, reduzida para 7% do PIB pelo Congresso Nacional e enfim vetada pelo então presidente Fernando Henrique. O veto foi mantido



MAMINSONI

pelo governo Lula e agora, retoma à pauta na elaboração do PNE 2011-2020. A proposta da Conferência Nacional de Educação, defendida pelo governo Dilma aponta 7% do PIB como meta para 2020, muito abaixo do que já apontava como necessário, 14 anos atrás os movimentos sociais, na defesa de 10% do PIB.

Hoje, as entidades e organizações ligadas ao governo mascaram a bandeira histórica do movimento em defesa da educação no Brasil por 10% do PIB sem confrontar o modelo de educação implementado, a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, financiando as mantenedoras com o PROUNI e o FIES (programas governamentais voltados bolsas e financiamento de estudantes na educação privada), a precarização da universidade pública fruto desse processo.

A defesa dos 10% do PIB para a educação é a luta pela redemocratização da universidade. Não a toa, vem sendo construído por iniciativa do movimento estudantil, sindicatos e movimentos sociais um plebiscito nacional em defesa de 10% do PIB para a educação pública. Essa é apenas uma ferramenta, e a sua votação deve ser expressão do enraizamento

da campanha na radicalização das lutas em cada universidade do país. O plebiscito nacional pode ser muito mais do que a contraposição ao projeto do Plano Nacional de Educação – PNE proposto pelo governo no Congresso Nacional.

Casar o debate dos 10% do PIB para a educação às mobilizações nas universidades e à contestação da universidade brasileira é avançar na construção de uma universidade capaz de produzir uma crítica radical da sociedade que vivemos. É preciso retomar a defesa do caráter público, da autonomia financeira e pedagógica, do tripé ensino-pesquisa-extensão, da produção de conhecimento vinculada à um projeto de classe, à ampliação do acesso e da qualidade no ensino.

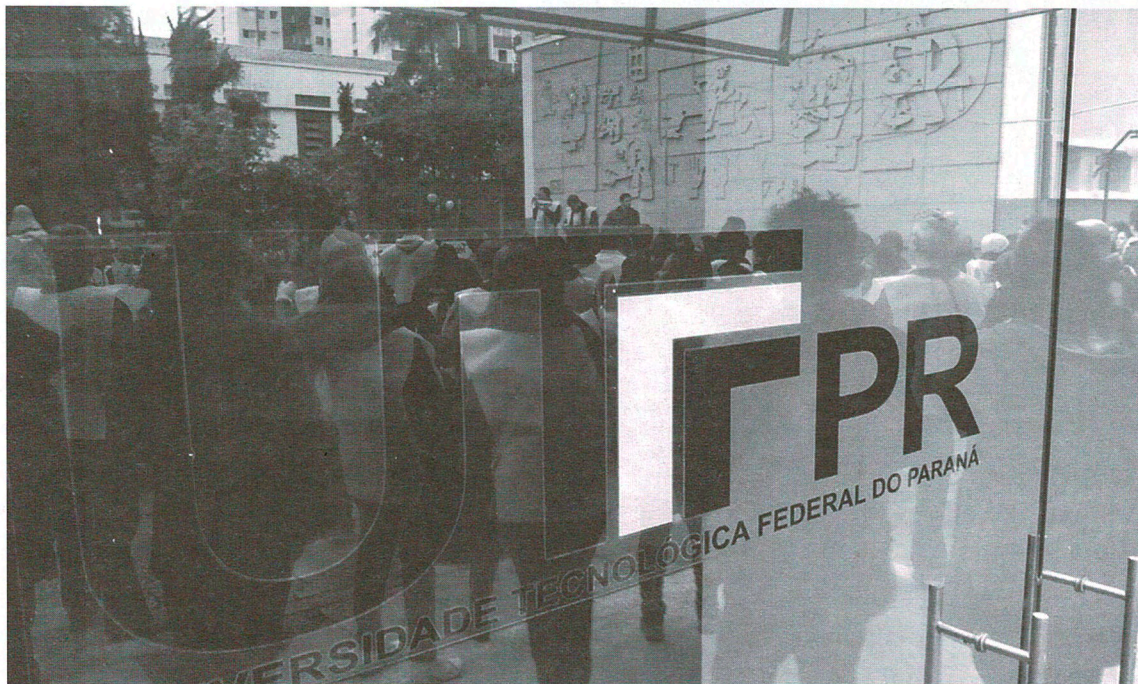
#### Das ocupações de reitorias às praças

É na contestação à estrutura social vigente que se desenvolvem as lutas nas universidades. Mais do que ferramentas da luta, as ocupações de reitoria também se tornam espaços contra-hegemônicos de construção de uma nova cultura, da prática da democracia que queremos construir em níveis muito mais amplos, do estabelecimento de uma outra relação entre as pessoas e a vida.

A articulação nacional das lutas em defesa da educação, a construção das lutas da juventude contra o machismo, o racismo e a homofobia, contra a criminalização da pobreza e da cultura, contra a exploração dos recursos naturais e da vida humana, precisam tomar nas praças brasileiras, a mesma dimensão que tomam nas praças espanholas e as ruas chilenas. “Milionários de todos os países, unam-se, o vento está mudando.”

**Lucas de Mello Braga** é estudante da Universidade Federal Fluminense, Diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes pela Oposição de Esquerda e militante do Coletivo Nacional Levante!

# Greve na Universidade Federal do Paraná



Por **Bernardo Pilotto**

A Universidade Federal do Paraná, fundada em 1912, disputa o título de mais antiga do país com outras importantes universidades brasileiras. Essa disputa faz parte do papel que, historicamente, a UFPR cumpriu no Paraná.

A UFPR foi fundada para formar dirigentes para as elites locais do recém-criado estado do Paraná (emancipado de São Paulo em 1853). A UFPR também servia ao propósito de criar uma “identidade do estado”, o que, no campo cultural, acontecia através do “paranismo”. Essa construção era quase que como um “imperialismo cultural” da capital, visto que desconsiderava as tradições da população que habitava o interior do estado.

Como podemos ver, a UFPR foi, desde o princípio, uma das mais conservadoras universidades do Brasil. Símbolo disso foi a escolha de Flavio Suplicy de Lacerda, então reitor da UFPR, para Ministro da Educação

do primeiro governo da ditadura civil-militar de 1964. Foi este o ministro que ordenou a repressão da onda de protestos de 68 e comandou a aprovação do acordo MEC-Usaid.

Mas, assim como no restante do estado, a estrutura conservadora do Paraná foi permeada de contradições. Em 1968, na UFPR, houve importantes revoltas contra a ditadura, com destaque para o ato de quebrar o busto do ministro Suplicy e arrastá-lo pelas ruas do centro da cidade. Também, nos anos 1980, os trabalhadores da UFPR foram dos primeiros a conquistar a jornada de 30 horas

semanais para os lotados no HC e a luta das três categorias conquistou a eleição direta e paritária para Reitor.

**UFPR, tocando o terror, é greve de estudante, funcionário e professor**

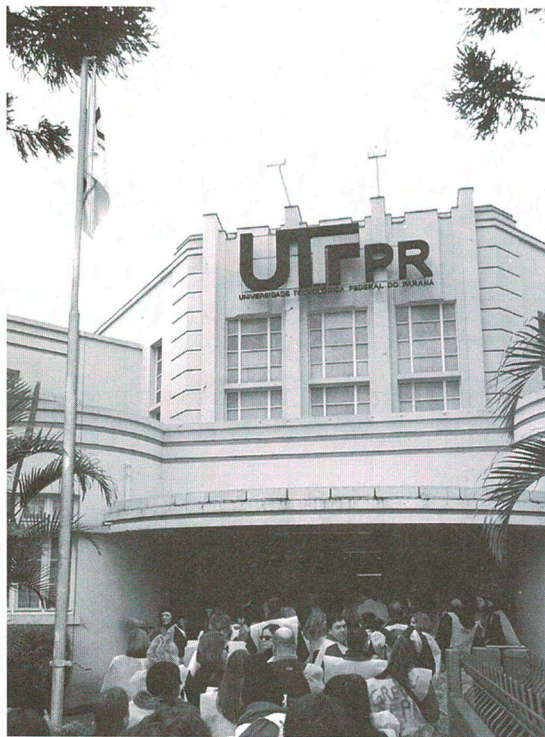
Depois de um período nebuloso, em que algumas greves nacionais não foram construídas na UFPR (como as dos docentes de 2003/05 e a dos técnicos-administrativos de 2005), desde 2010 as entidades das três categorias (DCE, com militantes do PSOL, do Barricadas e do Coletivo Outros Outubros Virão, Sinditest/PR, com uma fração minoritária ligada ao Coletivo Vamos à Luta, e APUFPR, com sua direção ligada ao ANDES-SN) vinham se reunindo num espaço chamado “Fórum dos Dirigidos”, fruto da compreensão de que era preciso retomar fóruns unitários para construir um programa político alternativo para a UFPR.

Foi neste cenário que, no dia 15 de junho de 2011, os trabalhadores técnico-administrativos (TAE's) deflagraram a greve na UFPR, aderindo à greve nacional. Essa era a segunda greve do ano na UFPR, visto que os trabalhadores haviam deflagrado uma greve local, que durou uma semana, entre o fim de março e abril.

Desde o começo, a greve dos TAE's recebeu solidariedade e apoio das demais entidades. Também os TAE's tinham a dimensão







da necessidade de radicalizar a greve, com a intenção de mostrar para a sociedade a importância de nossa categoria. Isso foi conseguido quando, através do fechamento do Centro de Computação Eletrônica (CCE) e de

outras unidades acadêmicas, conseguimos barrar as matrículas do segundo semestre. Essa decisão foi tomada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFPR pois este fórum entendeu que não havia condições de retomada do calendário do 2º semestre sem os trabalhos dos TAE's, considerados como fundamentais.

Essa decisão causou rebuliço na UFPR e catapultou uma mobilização dos demais segmentos. A partir de assembleias lotadas do DCE e da APUFPR, estudantes e professores decidiram por greve. No caso dos estudantes, uma decisão histórica, referendada por mais de 40 assembleias de curso, que se somaram à luta geral, trazendo também suas pautas locais.

O auge da luta comum foi uma Assembleia Comunitária, com mais de 700 presentes, no dia 11 de agosto, que aprovou uma pauta comum da greve. Ainda no dia 26 de agosto, a greve geral fez um grande ato público, com cerca de 1000 pessoas, bastante animado, que sacudiu o centro da cidade de Curitiba.

Infelizmente, a Reitoria jogou com a divisão das categorias, com negociações separadas. Mas isso não enfraqueceu o movimento, especialmente dos estudantes, que saíram bastante vitoriosos após radicalizarem sua greve com uma ocupação de Reitoria de 5 dias. Entre as conquistas está a abertura do RU por 7 dias, maior horário nas bibliotecas, aumento do número e do valor das bolsas.

Neste momento, segue a greve dos TAE's, com conquistas locais sendo efetivadas e uma negociação dura com o governo federal, que não quer ceder de jeito nenhum. Com certeza, saímos mais fortalecidos deste processo, com uma universidade com uma cara mais popular e um movimento mais fortalecido, seja entre estudantes, docentes ou TAE's.

**Bernardo Pilotto** é trabalhador do HC/UFPR, diretor do Sinditest e membro do Diretório Estadual do PSOL-PR

Fotos: <http://greveufpr.org/category/fotos/>



# Greve dos Servidores das Universidades Federais: rebelião da base contra a direção da CUT/CTB

Por **Pedro Rosa**

A greve das universidades federais tem sido uma das mais radicalizadas da base da Fasubra dos últimos anos, e é muito importante tirarmos todas as lições.

Em primeiro lugar devemos afirmar que só foi possível construir a greve porque existe um forte descontentamento da base, pois nossa categoria tem o menor piso salarial do executivo (R\$ 1.033,00). Ao baixo salário, somam-se: as péssimas condições de trabalho; o aumento desenfreado da contratação de terceirizados; a apresentação dos projetos que vão desde a privatização dos Hospitais Universitários, o congelamento por 10 anos do salário de todos os Servidores Federais e a implementação da famigerada previdência privada, até a ameaça do PL de demissões do funcionalismo, originado no governo FHC.

Em segundo lugar, desde o acordo de greve de 2007, no qual o governo comprometeu-se a corrigir as distorções do plano de

carreira, nada foi feito. São prejuízos diretos a aposentados, auxiliares administrativos, de laboratórios, que desenvolvem atividades técnicas, mas seus salários são menores. São diversas distorções que tensionam a categoria a buscar tratamento igual e valorização profissional.

Há uma elemento novo nesta greve, que foi decisivo no enfrentamento à burocracia governista que dirige a Federação. Houve uma renovação na base da federação, através de concursos públicos. Milhares de servidores novos, em pleno estágio probatório, não se intimidaram e foram à greve. Assim, vem surgindo uma nova vanguarda de lutadores, que nas assembleias enfrentaram os velhos burocratas sindicais da CUT e da CTB.

Elementos objetivos da realidade se chocaram com as declarações dos ministros no sentido de reajuste 0%, pois deputados se autorreajustaram os salários em 61% e a presidenta em 133%, e diariamente estouram escândalos de corrupção, de super-faturamento nas grandes obras, mostrando que existem recursos e, mas não há intenção de

investir no servidor público. Isso provocou mais indignação e a entrada em greve foi o caminho.

Numa atitude desesperada de defesa do governo e para desmontar a greve, os sindicatos dirigidos pela CUT/CTB desrespeitavam as decisões de suas assembleias e, não conseguindo maioria para vencer, saíram do movimento acreditando que por si só isso esvaziaria a luta. Mas a categoria já esperava isso do governismo e seguiu na batalha.

Desta forma, foi possível construir a greve na UFRJ, na UFMG, na UnB, na APTFURG e em tantas outras universidades cujos sindicatos são dirigido pela tribo CSD/CTB (PT-PCdoB), nas quais a base se recusou a seguir as determinações dos seus sindicatos. Onde haviam saído da greve foram obrigados a voltar, pois surgiram ou cresceram organizações pela base dispostas a atropelar a direção burocrática.

Assim construímos um forte acampamento em Brasília, com quase 2 mil técnicos, e unificamos uma marcha com os bombeiros, que também estavam na capital federal.



**Governo PT/PMDB****tenta via justiça, proibir greve!**

Pela primeira vez na história de nossa greve, o governo PT/PMDB, como não conseguiu impedir a greve através de seus dirigentes sindicais da CUT/CTB, entrou na justiça e conseguiu liminar que definiu a volta de 50% ao trabalho, acima do indicado por lei. Esta ação não intimidou a categoria e a greve continuou mais forte do que nunca.

**Perdeu-se a oportunidade de construir uma greve unificada da Educação Federal**

Dois meses depois do início de nossa greve, os servidores do Sinafese (Institutos e Centros Federais) entraram em greve. Existiam condições objetivas para construirmos uma forte greve de toda a educação federal. Infelizmente a direção do ANDES, dirigida pela CSP/Conlutas, assinou um acordo com o governo, sem sequer apostar na possibilidade de unificação com as greves do Sinafese e da Fasubra para construir a greve unificada da educação federal. Este acordo foi rejeitado por várias assembleias do ANDES, que acreditavam ser possível e necessária a greve para não se sujeitar a acordos rebaixados. Entidades de Tocantins e Paraná já estavam em greve, antes da indicação nacional, para pressionar as demais. Após o acordo, outras se rebelaram, como a UFAL, e mesmo entidades afinadas com a direção do ANDES rejeitaram o acordo, como a UFRJ.

Apesar disso, a direção do ANDES vem se limitando a organizar a campanha pelos 10% do PIB para a educação, como se sua conquista fosse ocorrer sem enfrentamento com os governos. Sem ver que a melhor defesa da educação superior de qualidade passa por fortalecer a greve dos servidores, tentando unificar com os outros setores em defesa do salário e de melhores condições de trabalho, pela denúncia do ajuste fiscal de Dilma, que corta 3 bilhões da educação. A melhor forma de recuperar algum investimento na educação seria o ANDES entrar em greve e, assim, junto com estudantes e técnicos, exigir concurso, verbas, salários e condições de trabalho.

As ocupações de reitorias, que vêm ocorrendo no país inteiro, não têm sido pelos 10% do PIB, e sim por questões concretas, colocando em jogo a política de ajuste do Governo e o desmonte da educação, como o Reuni, que de fato vem chegando a seu limite na medida que garante a expansão sem qualidade. O resultado disso são salas de aulas em container e superlotadas, com até 100 alunos por turma.

As ocupações que ocorreram no Paraná, em Santa Maria e na UFF vêm mostrando o caminho para enfrentar a política de desmonte da educação federal, sendo que todas as ocupações conseguiram importantes conquistas. A da UFF, na qual nós do Sintuff e da Unidos para Lutar tivemos o orgulho de ser parte, juntamente com os estudantes,

contou com forte apoio dos professores e da Aduff, e obteve vitórias, como a proibição de taxas de matrícula e de turmas com cursos pagos, entre outras.

Temos de apostar que novas vitórias como as da UFF estão colocadas para todos nós. Unificando os técnicos, os docentes e os estudantes de toda a educação federal com ações radicalizadas, ocupando reitorias, etc.. Essa é a única maneira de derrotar a política privatista e de arrocho salarial do governo. Esta é a única forma de recuperar as verbas para as universidades, impedir a privatização dos HU's e lutar pelo reajuste salarial e valorização de nossa carreira. Este é o caminho para a defesa da Universidade Pública Gratuita e socialmente referenciada.

Esse método de ocupação poderia ter sido o usado na marcha do dia 24/8, na qual se perdeu a oportunidade de ocupar um ministério e mostrar ao governo nossa disposição de luta, pois só assim esses governos atendem as demandas de nossa classe.

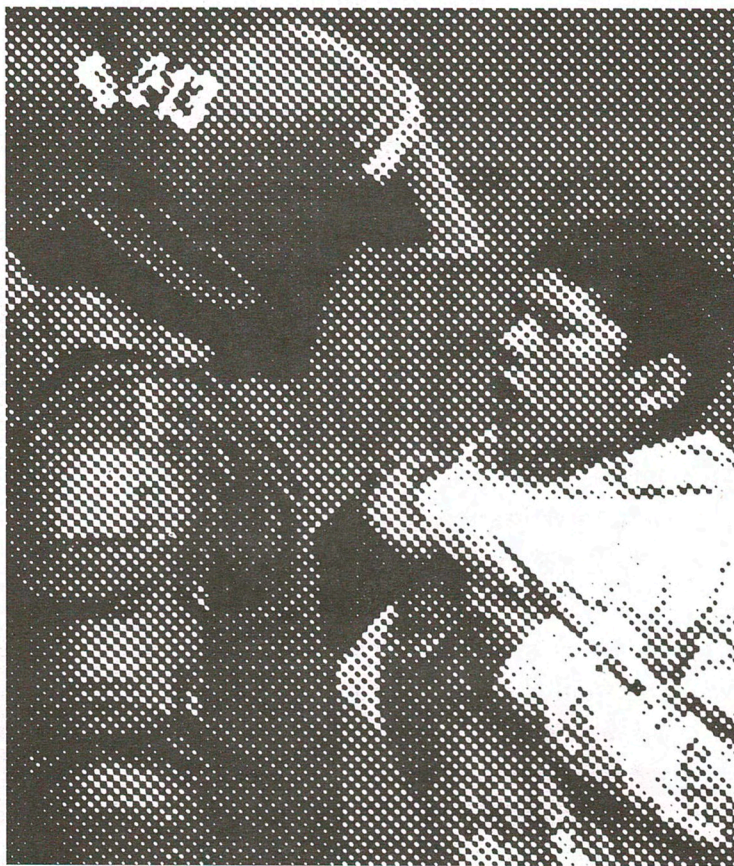
Com mais de 3 meses de greve e muita intransigência do governo, esta greve já é vitoriosa, independente do resultado econômico dela. É vitoriosa na medida em que tem surgido uma nova vanguarda aguerrida que coloca em xeque a direção da Fasubra, que, em sua maioria, atua pra defender a política do governo de arrocho e privatização. Por isso urge a necessidade de construirmos uma nova direção para a nossa Federação.



# O levante juvenil no Chile: os indignados chegam à América Latina

Por **Nathalie Drumond**  
e **Fernanda Melchionna**

O ano de 2011 entrará para a história: as revoluções democráticas no norte da África, o levante dos jovens indignados na Espanha, Grécia, Islândia, Israel e a revolta dos jovens suburbanos ingleses retratam as mudanças do mundo. Os povos começam cada vez mais a mostrar sua força nas praças e nas ruas com consignas democráticas e anticapitalistas, respondendo que não pagarão a conta da crise do capitalismo.



2006, que ficaram conhecidas como Pinguinazo devido às jornadas de lutas dos estudantes secundaristas. Os jovens de 2006 hoje estão nas universidades ou já estão trabalhando, parte deles segue protagonizando a luta atual ou se solidariza com a nova geração. A experiência vivida em 2006 foi um grande ensaio para o processo deste ano.

Em 2011, depois de três meses de ocupação e das ameaças do governo de suspender o ano letivo, estimava-se que permaneçam 700 colégios/universidades sob o controle dos estudantes. No transcurso das mobilizações as reivindicações foram radicalizando-se, no sentido de defender a estatização das escolas e universidades e o fim do lucro na educação. E segue se aprofundando: os estudantes hoje exigem a nacionalização

do cobre para que seus recursos financiem os investimentos na educação pública e reivindicam uma reforma na Constituição, que permanece sendo a mesma desde os tempos da ditadura.

O Chile de 2011 vive uma ebulição social. A consciência política e o nível de participação do povo é elevadíssimo. O país vivencia uma crise que coloca em xeque o modelo de país construído na transição da ditadura militar. Todos começam a perceber que caiu a ditadura, mas o sistema político e econômico manteve o seu sentido geral. Não é à toa que os chilenos identificam o atual governo de Piñera com o próprio Pinochet. Além disso, a população chilena não confia na capacidade da Concertación de apresentar uma saída efetiva para o conflito. Está colocada hoje no Chile a necessidade de mudanças profundas, que possibilitem

Em nosso continente, o Chile é o país mais conectado às rebeliões. É uma combinação de processos. Sobressai a luta contra a mercantilização da educação dada através do protagonismo da juventude, com inspiração no contexto internacional, combinada à necessidade de reformas democráticas profundas não realizadas no pós-ditadura militar.

A sangrenta ditadura de Pinochet foi o laboratório do neoliberalismo na América Latina. A reforma educacional (1981) extinguiu a gratuidade da educação, reduzindo os investimentos nas Universidades Estatais que não são mais gratuitas e estimulando a criação das universidades privadas associadas aos créditos educativos, atrelados à lógica do mercado financeiro e da especulação.

Sob o governo da Concertación, que governou o país desde a queda da ditadura até 2010, entraram em cena a municipalização

da educação e a criação de colégios subvencionados. Consequentemente, aprofundou-se a mercantilização da educação através da permissão da cobrança de mensalidade e a legalização do lucro. As organizações privadas que gerenciam estas escolas já respondem por quase metade das vagas oferecidas aos estudantes chilenos.

Em maio de 2011 a resposta do movimento estudantil foi contundente: são mobilizações multitudinárias amplamente apoiadas pela população. São jovens de 13 anos em diante que tomam a política para si, ocupam escolas e universidades e sabem do seu dever histórico de conquistar outro modelo educacional. São jovens sem medo da repressão que cantam nas ruas entusiasmados palavras de ordem em defesa da educação, pela democracia e pela liberdade. São fruto também das grandes mobilizações de



a verdadeira democratização do país, um modelo econômico capaz de solucionar os principais problemas do povo, um sistema educacional gratuito e de qualidade, entre tantas outras coisas.

A dura repressão do dia quatro de agosto – quando houve a tentativa de realização de uma grande marcha em rechaço à proposta irrisória do governo – lembrou os anos de chumbo da ditadura militar. Apesar da violência, a população respondeu com mais mobilização. Os painelaços, tática de luta usada contra a ditadura, voltaram à tona com muita força, demonstrando no barulho das painelas o amplo apoio da população às bandeiras estudantis.

As marchas aumentaram, cerca de um milhão saiu às ruas em 21 de agosto. A paralisação nacional dos dias 24 e 25 contou com a adesão de categorias importantes: correios, aeroportuários, condutores do transporte coletivo, saúde, previdência, bancários e parte do comércio. A resposta de Piñera às massas nas ruas foi nula. No entanto, a repressão do dia 25 provocou o assassinato de mais um jovem, Manuel Gutierrez, de 16 anos. É inadmissível a violência que o

governo de Piñera tem tratado os estudantes e a população que se manifesta nas ruas, a intransigência e a política do terror colocadas em prática neste último período não deixa dúvidas à população sobre a grande identidade existente entre o atual presidente e a corja pinochetista que dirigiu o Chile durante a ditadura militar, e que infelizmente ainda segue ativa no país.

Mesmo assim, o movimento conquistou marcas irreversíveis: 86% da população é contra o lucro na educação, apenas 26% aprova o governo de Piñera (índice de desaprovação histórico no Chile) e apenas 17% confiam no bloco do Partido Socialista, a Concertación. Sem contar o grande descrédito do próprio Parlamento.

No Chile a população está em intensa atividade política, espera-se que a pequena elite dominante não possa seguir por muito tempo governando o país. Neste momento, infelizmente, as principais organizações que dirigem o movimento social (CONFECH e CUT – sob a política do Partido Comunista Chileno e do Partido Socialista) têm tido uma postura pouco proativa no sentido do enfrentamento com o governo Piñera. Não

está descartada a possibilidade de se apresentar uma lista de reivindicações democráticas, desde a educação, passando pela legislação trabalhista, até o tema da reforma política onde se exija do governo uma resposta definitiva. Mas na ausência de uma proposta unificada e um plano de ação comum propostos por estas organizações a todo o movimento, a luta no Chile vive momentos de impasse. E muitas vezes são dados passos sem saber quais serão os próximos.

Mas o amadurecimento do processo também formará novas lideranças e talvez ajude a construir um referencial político que junte os milhares de militantes que têm surgido no bojo desta luta. Quiçá ajude a construir uma alternativa que unifique as dezenas de organizações da esquerda socialista em um novo partido, a exemplo do PSOL no Brasil. O processo está longe de acabar, a juventude segue determinada e o nível de envolvimento da população ainda cresce, novas marchas estão marcadas para setembro. O dia 11 será um dia muito importante, onde estarão unificadas a luta contra o golpe de 73 com o ingrediente especial de três meses de mobilização juvenil.

A geração de jovens que hoje protagoniza uma das maiores lutas da história do Chile passa a ter muitas responsabilidades. São jovens cheios de determinação política. Puderam experimentar o neoliberalismo como modelo de sociedade e perceberam que é um modelo falido, incapaz de resolver os principais anseios da maioria da população. Esta geração ainda não tem respostas sobre o que possa vir, mas está disposta a ser parte ativa da luta anticapitalista que se manifesta em muitas partes do mundo hoje. E através dessa prática construir algo novo, sobre novas bases, um mundo “onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”, como diria Rosa Luxemburgo.

**Nathalie Drumond** é dirigente estudantil da USP e **Fernanda Melchionna** é vereadora do PSOL em Porto Alegre, ambas estiveram recentemente no Chile

# O espectro da moratória percorre a Europa

A crise na Europa começa uma nova e perigosa etapa. Já quase ninguém descarta a possibilidade de uma moratória na Grécia, seja unilateral ou ditada pelos poderes da União Europeia. Parece que a única pergunta é: quando?

Por **Alejandro Nadal**

Os planos de resgate acabaram por afundar a economia grega – Manifestação em Salônica, 10 de Setembro de 2011 – Foto de Stelios Matsagos. Muito simplesmente, o plano de resgate para a Grécia não funcionou. Era lógico: os pacotes de resgate de tipo neoliberal conduziram a uma contração brutal da economia: o PIB reduziu-se 7,3% no segundo trimestre deste ano. Com estas receitas de austeridade é normal que as metas definidas não tenham sido alcançadas. Em resumo, os planos de resgate acabaram por afundar a economia deste país.

Por outro lado, o programa de reestruturação da dívida grega também não correu bem. Esse plano requer que 90% dos possuidores de títulos de dívida gregos aceitem o novo calendário de prazos, mas até agora só 68% dos credores aceitaram as novas condições.

Os números são claros: ainda que se suponha que seja possível levar a cabo esta primeira reestruturação, a Grécia deverá pagar ou refinarçar cerca de 137 bilhões de euros em 2020. Para poder fazer frente a este encargo, o país teria que realizar sacrifícios que ninguém em seu perfeito juízo imporia a uma nação.

Para começar, teria que manter um superavit primário (receitas e despesas líquidos dos encargos financeiros) superior a 5% do PIB só para manter a sua dívida ao nível atual de 180% do PIB. E, para ir reduzindo este fardo, teria que alcançar durante os próximos 20 anos um superavit primário de cerca de 10%,

para gerar os recursos que permitam reduzir o peso da dívida a 90% do PIB.

Simplemente não há maneira de que a Grécia possa conseguir fazer frente à sua dívida sem uma reestruturação bem pensada e executada.

Como a liderança política para avançar por este caminho não está à vista, parece que a moratória é a única saída. Talvez seja por isso que a senhora Merkel fez referência à necessidade de evitar uma moratória desordenada.

Talvez já seja demasiado tarde para evitar o pesadelo de Merkel. A realidade é que a perspectiva de uma moratória grega afeta já negativamente todos os recantos do espaço bancário e financeiro da Europa.

Os bancos europeus com maior exposição viram os seus ativos cair a pique e, em caso de moratória, será preciso injetar-lhes fortes quantidades de recursos. O custo de financiamento de países como a Espanha e a Itália terá que aumentar e aí é muito difícil que a intervenção do Banco Central Europeu (BCE) ou do Fundo Europeu de Estabilização Financeira possa surtir efeito.

O mercado de títulos soberanos da Grécia pode ser afetado pela ação do BCE com o seu programa de compra de títulos, mas o gigantesco mercado desses países ultrapassa os 2 trilhões de euros.

A verdade é que tanto a Grécia como a Europa do euro enfrentam alternativas dolorosas. Por um lado, pode-se optar entre a moratória e uma eventual saída do euro, regressando ao dracma e recuperando a sua política monetária e cambial. A economia

grega sofreria um custo muito elevado em várias frentes (para começar, o seu sistema bancário provavelmente colapsaria porque o BCE já não lhe injectaria recursos).

O outro caminho é continuar pelo trilho das reestruturações, com o objetivo de tirar a Grécia do buraco. Os números mencionados acima indicam que esse caminho não é fácil. Para poder superar os obstáculos, a Europa do euro teria que aceitar que a fusão econômica deve ir mais longe que a simples união monetária.

O BCE intensificou o seu programa de compra de títulos da dívida soberana e já adquiriu 143 bilhões de euros de títulos de Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal.

A medida não teve os efeitos esperados: esta semana a Itália teve que pagar as taxas mais elevadas, desde que adotou o euro em 1999, para vender títulos a cinco anos. Além disso, o programa do BCE está rodeado por muita controvérsia. O último episódio foi a renúncia de Jürgen Stark, membro do Conselho Executivo do Banco Central Europeu. A sua saída é uma forma extrema de protesto contra a virada que o BCE teve que adotar face à crise.

Por estes dias oferecem-se nos mercados financeiros swaps de dívida sobre títulos gregos de dívida a cinco anos, com taxas que implicam uma probabilidade de 100% de que haverá moratória.

Uma suspensão de pagamentos afetaria os principais bancos europeus e o efeito de contágio teria repercussões imprevisíveis. O

# ECOLOGIA EUROPEIA



BCE teria que intervir com quantidades sem precedentes de compras de títulos. Isso seria quase equivalente a introduzir na Europa a flexibilização monetária da FED (a famosa

QE). De momento, a visão monetarista alemã opõe-se a este tipo de medidas.

As autoridades económicas europeias poderão superar a crise? Para isso será

necessário vencer o dogmatismo neoliberal na Europa e ir por outro caminho.

**Original:** La Jornada, 14/09/2011.

Tradução de **Carlos Santos** para Esquerda.Net.

# A xenofobia a serviço do capital

## O terror entrou na sala

Por **Fernando Carneiro**

Dia desses preenchi um formulário cadastral daqueles que contém inúmeras perguntas. Uma delas é recorrente: “Qual sua raça?” Ao que respondi: “humana”. Possivelmente não agradei a quem concebeu o formulário, mas penso que não me equivoquei. Alguns estudiosos entendem que a diferença existente entre os seres humanos é tão ínfima que não justificaria nos categorizarmos em diferentes raças. Essa distinção vale, por exemplo, para os cães. A diferença entre um Dog Alemão e um Chihuahua é tão gritante que justifica a distinção em raças. Já as diferenças entre os humanos são percentualmente desprezíveis e, portanto não deveriam servir para nos dividir em “raças”.

Entretanto a história da humanidade é permeada por inúmeros conflitos raciais. Em diversos momentos da nossa história esses conflitos foram utilizados para, em geral, justificar disputas territoriais, econômicas e políticas. A intolerância, seja ela sexual, racial, religiosa ou outra qualquer, tem sempre ligações intrínsecas com interesses sócio-políticos.

No último dia 22 de julho o mundo ficou estarrecido com um novo capítulo dessa história. A até então pacata Noruega, detentora do título de país mais pacífico do mundo (2007), dona do melhor IDH (desde 2001) e do terceiro maior PIB *per capita* do planeta, foi palco de um ataque bizarro que matou cerca de 80 pessoas. Só para termos uma ideia da dimensão dessa catástrofe é bom lembrar que a taxa de homicídios naquele rincão nórdico

é de 40 assassinatos por ano. Em um dia o sr. Anders Behring Breivik, 32 anos, norueguês de nascimento, matou o equivalente a dois anos. Esse morticínio teria sido motivado, principalmente, pelo seu ódio ao islamismo e a uma suposta “onda migratória” de muçulmanos para a Europa.

Esse não foi o primeiro e com certeza não será o último ataque motivado pela xenofobia. Mas engana-se quem acredita que esses episódios são fatos isolados. Ao contrário, se analisarmos a história recente da Europa veremos centenas de casos semelhantes e o que é pior, e mais grave: muitos desses ataques são estimulados por governos de países como Itália e França. Silvio Berlusconi e Nicolas Sarkozy tem agido conjuntamente na política de deportações de romenos e búlgaros, principalmente os “rom”, ou ciganos. Na Itália Berlusconi é aliado fiel da Liga Norte, partido confessadamente xenófobo. Desde 2008 que o primeiro ministro italiano e o ministro interior, Roberto Maroni (da Liga Norte), proclamaram que uma das prioridades do governo seria a de expulsar do país as “hordas de bárbaros” que infestam a Itália. Entre as medidas aprovadas estão o fechamento de fronteiras, prisões, deportações e destruição de acampamentos ciganos. Em 2010 o governo de Sarkozy publicou a famosas “circular de 5 de agosto” que instrui policiais a dismantelar acampamentos ilegais “tomando como prioridade os dos ciganos romenos”. Pouco depois a circular foi corrigida, mas apenas formalmente. Seu conteúdo permanece intacto. Tanto é que só em 2010 mais de 8 mil ciganos foram expulsos da França.

Partidos da extrema direita como a Frente Nacional, liderado por Le Pen, na França, tem se proliferado pelo continente europeu. Na Alemanha, na Suécia e na Holanda há partidos da extrema direita que assentam suas plataformas programáticas na xenofobia. O

“Democratas Suecos”, que apesar do nome tem DNA xenófobo, elegeu 20 representantes ao parlamento sueco no último pleito.

O principal argumento dos partidários da xenofobia é que os imigrantes roubam os empregos dos europeus. A crise econômica europeia, longe de terminar, serve de argumento para aumentar o ódio aos imigrantes. Desemprego, retirada de benefícios sociais, falta de moradia e de assistência médica retroalimentam a tese de que a culpa pela crise é dos “estrangeiros”. Governantes manipulam os fatos para eximirem-se de responsabilidade sobre a crise. Infelizmente essa tese encontra eco em diversos segmentos sociais. A constante recusa da Comunidade Europeia (CE) em incorporar a Turquia é exemplo incontestado dessa xenofobia.

O Papa Bento XVI e Barack Obama usaram a mesma expressão para definir a ação terrorista. Ambos afirmaram que o ataque foi “sem sentido”. Não por coincidência esses dois senhores, ardorosos defensores do atual *status quo*, tratam de qualificar o atentado como uma insanidade, um ato isolado, sem conexão com a xenofobia patrocinada por seus aliados europeus. Evidente que não estou defendendo a tese de que os governos da França ou da Itália patrocinam ações terroristas, mas é evidente que sua xenofobia estimula, ainda que indiretamente, ações como a de Anders Breivik.

A Europa tem 710 milhões de habitantes. A CE, com seus 27 países membros, mais de 500 milhões. A taxa migratória é de 1,48 por 1.000 habitantes. A mais expressiva “minorias” é a dos ciganos, que não ultrapassa os 12 milhões de membros, muitos nascidos em solo europeu. Os números, portanto não corroboram a tese de “invasão das hordas de bárbaros”. O discurso não encontra abrigo na realidade.

E é sempre bom lembrar que o colonialismo europeu invadiu terras nos quatro



cantos do mundo. Ocupou completamente a América do Norte, a América Central e do Sul, a Austrália e a maior parte do continente africano. A própria Noruega, na era Viking, conquistou a Groenlândia, a Islândia, parte da Grã-Bretanha e da Irlanda (inclusive fundando Dublin). Chegaram até a costa canadense, sendo os primeiros europeus a chegarem à América.

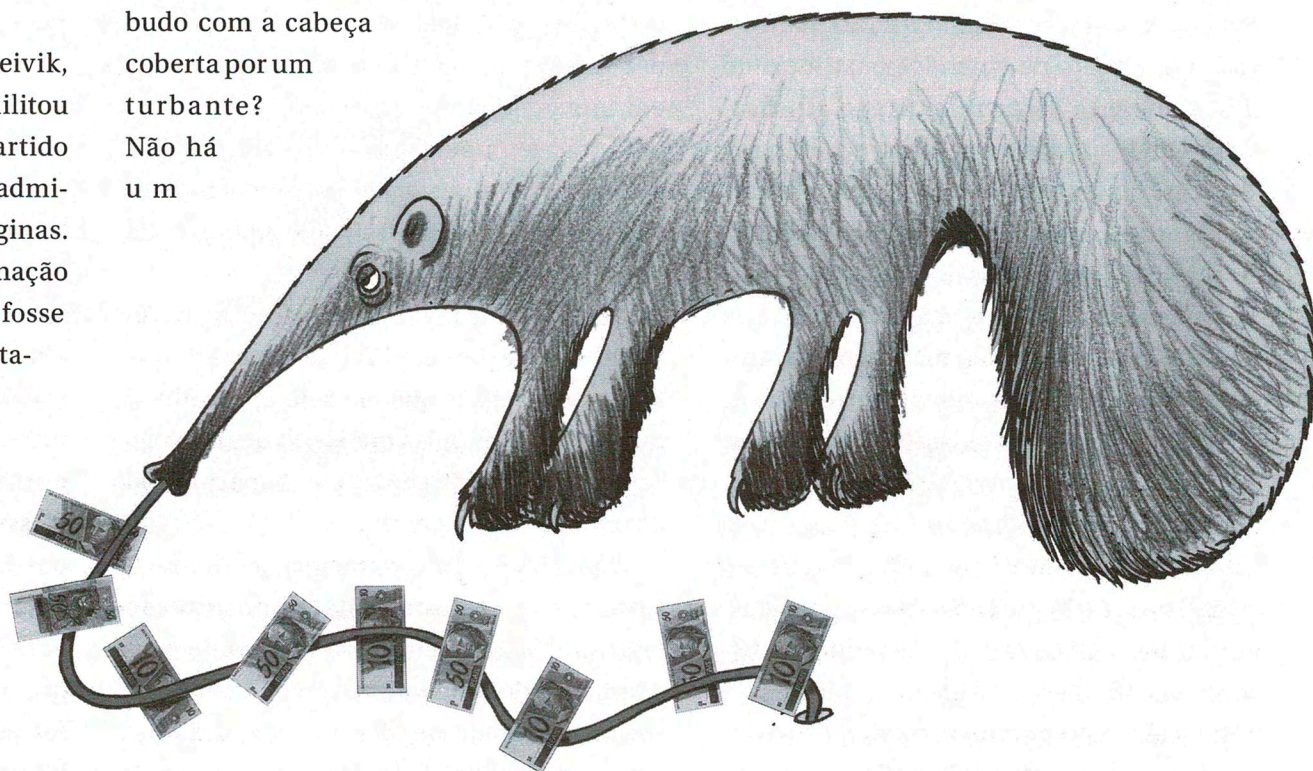
A história da Europa não pode ser escrita sem a violenta explosão colonial que conquistou e invadiu boa parte do mundo, logo tem pouca ou nenhuma autoridade para falar em expulsar “invasores”.

O terrorista norueguês Anders Breivik, um anti-comunista assumido e que militou durante anos no ultra-nacionalista “Partido Progressista”, busca reconhecimento e admiração. Deixou um relatório de 1.518 páginas. Nele faz diversas referências à miscigenação no Brasil. Segundo ele se esse modelo fosse adotado na Europa o efeito seria “devastador” e contribuiria para a “aniquilação” dos “povos indígenas nórdicos”. A miscigenação brasileira, que tanto nos orgulha, seria fruto de uma “revolução marxista” e teria produzido uma “bastardização” do Brasil.

Breivik explodiu duas bombas no centro de Oslo, capital da Noruega, matando, ao que tudo indica, 8 pessoas. Em seguida dirigiu-se à ilha de Utoya onde se realizava um acampamento da juventude do Partido Trabalhista. Lá executou a tiros cerca de 70 jovens. Para as bombas usou fertilizantes. Só em maio de 2011 adquiriu mais de 6 toneladas de fertilizantes alegando ser proprietário de uma empresa agrícola. Note-se que desde que Timothy McVeigh matou 168 pessoas e feriu outras 700 em 1995 no estado americano de Oklahoma usando fertilizantes, a venda desses produtos é controlada por autoridades governamentais. No massacre aos jovens usou munição especial com extremidade oca, que se fragmenta ao entrar no corpo das vítimas causando extrema devastação. Essa munição é proibida em guerras desde

1899 e só é usada em casos especiais, justamente os de operações antiterrorismo. São muito difíceis de conseguir, principalmente em países como a Noruega. A ineficiência da polícia norueguesa, que não conseguiu detectar os inúmeros rastros deixados por Breivik, e que demorou excessivamente no combate aos atos do terrorista, comprova que o país não estava preparado para enfrentar uma ação como essa.

Que fazer agora que o terrorismo foi perpetrado por um louro, nórdico e não por um muçulmano barbudo com a cabeça coberta por um turbante?  
Não há  
u m



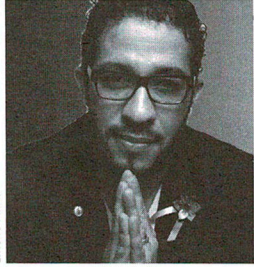
Bin Laden a ser caçado. Não há “armas químicas” a serem “descobertas”. No Iraque homens-bomba explodem todos os dias, centenas de vidas são ceifadas quase que diariamente, mas isso já não é mais notícia. No Brasil a polícia mata mais de 1.800 pessoas a cada ano, são 5 por dia. Mas isso não é mais notícia também. Michael Moore, cineasta americano, quando da morte de Bin Laden afirmou: “Matamos mais de 919.000 no Iraque, no Afeganistão, no Paquistão, etc., e gastamos 1 bilhão e 200 milhões de dólares em despesas militares, e, finalmente, conseguimos assassinar mais uma pessoa”. Ironia mordaz, mas que expressa bastante bem a sanha insaciável dos EUA na luta contra o

“terror”, que tão bem serve aos interesses americanos pelo mundo afora. A rigor a política dos EUA no médio oriente, na Ásia e na América do Sul não pode ser classificada senão como terrorismo de estado.

O terror entrou na sala. O atentado na Noruega, segundo maior do século na Europa (ficando atrás apenas do de Madrid em 2004 que matou 191 pessoas), tem que ser condenado. Mas no banco dos réus não pode ficar apenas Anders Breivik. Há que ter espaço para

Sarkozy, Berlusconi e muitos outros que estimulam a xenofobia. O capitalismo se torna cada vez mais intolerante, violento e destrutivo. De nada adiantou colocar um negro na Casa Branca (ela mesmo símbolo maior da segregação racial) se este “negro” segue a risca todos os ditames do império, o racismo inclusive.

Só uma sociedade livre das amarras do capital, onde não haja concorrência desenfreada, onde o homem não seja “o lobo do homem” pode de fato eliminar a intolerância. O respeito à diversidade humana, tão linda e tão essencial, precisa de homens e mulheres livres. O mundo do capital, que a tudo mercantiliza, não sabe e não quer respeitar o diferente.



# Casamento igualitário: os mesmos direitos com os mesmos nomes!

O casamento igualitário é uma das dúvidas que o Brasil ainda tem em matéria de direitos humanos e a responsabilidade de pagá-la é do Congresso. Por isso, como deputado federal pelo Rio de Janeiro, mas também como cidadão homossexual e ativista de direitos humanos, estou recolhendo as assinaturas para um projeto de emenda constitucional (PEC) que visa garantir o direito ao casamento civil a todas as pessoas, sejam gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais ou heterossexuais. Quer dizer, os mesmos direitos com os mesmos nomes.

Para conseguir a aprovação dessa PEC, que será a prioridade do meu mandato, lançaremos uma campanha nacional que recolhe as experiências bem sucedidas de outros países, como a Espanha, a Argentina e Portugal. E digo “lançaremos” porque essa luta será coletiva e plural. Músicos, atores, escritores, jornalistas, artistas, esportistas, políticos, militantes sociais, religiosos, educadores, organizações da sociedade civil, tanto gays e lésbicas como heterossexuais, participarão da campanha de apoio à PEC. O projeto será assinado por deputados e deputadas de todos os partidos, da base governista e da(s) oposição(es), e eu espero que não seja tratado como um assunto partidário, mas sim como uma política de Estado porque a nossa Constituição Federal diz que todas as pessoas são iguais perante a lei, não devem sofrer discriminação (arts. 3 e 5) e respeitar a Constituição não deveria ser uma questão em disputa, mas uma obrigação de todos.

Sabemos, no entanto, que falta informação e que muitas pessoas ainda têm preconceitos sobre este assunto. Por isso trabalhamos muito para estar preparados para explicar e convencer. Em breve, será lançado um site que disponibilizará na internet toda a informação necessária para entender o debate,

com respostas completas e fundamentadas a todos os questionamentos contra o casamento igualitário que surgiram nos diferentes países onde este foi debatido. Disponibilizaremos textos, vídeos, documentos e muita informação sobre as questões religiosas, jurídicas, históricas, políticas, lingüísticas que este debate traz à tona. Organizaremos debates em universidades e sindicatos, bem como palestras, reuniões com diferentes setores da sociedade, manifestações públicas e promoveremos a participação cidadã, mobilizando também as redes sociais.

Eu quero que fique claro: este projeto não é simbólico, é pra valer! Tenho certeza de que vamos conseguir que ele seja aprovado. É uma das razões pelas quais sou deputado, o primeiro deputado gay fora do armário e vou dar essa luta para vencer.

A proibição do casamento aos homossexuais não só desrespeita a Constituição Federal mas também priva-nos, como gays e lésbicas, de uma longa lista de benefícios sociais, excluindo-nos de uma celebração que tem efeitos ordenadores em nossa cultura, e persegue uma forma de igualação autoritária que nos oprime, já que parte do pressuposto de que todas as pessoas deveriam ser heterossexuais — como se isso fosse possível. O inútil combate de Alexis, narrado maravilhosamente por Marguerite Yourcenar, descreve os terríveis efeitos desse mandato. A proibição é uma mensagem pública, emanada da lei e do Estado, que legitima outras formas de discriminação e violência. No sentido contrário, as consequências da aprovação do casamento igualitário em outros países foram muito além dos direitos dos casais homossexuais: houve, junto com essa mudança legal, uma mudança nas atitudes das pessoas, que se traduziu em mais visibilidade, menos preconceito, menos violência e mais direitos. E todos

ganharam, porque esses países mudaram para melhor.

Nós, LGBT, queremos ser iguais de verdade. Por isso, não queremos ficar na metade do caminho. Não queremos “união civil”, mas casamento civil, porque não existe a quase-igualdade, mas somente a igualdade e a desigualdade. Algum político democrático defenderia que quando um negro se casa seu casamento fosse chamado pela lei com outro nome, por exemplo, “união civil de negros”? A “união civil”, como instituição alternativa ao casamento, destinada aos casais do mesmo sexo, seria um tipo de gueto. Trata-se de uma alternativa inspirada na doutrina “Iguais, mas separados”, que serviu para justificar as leis racistas que vigoraram até as décadas de 1950 e 1960 em alguns estados dos EUA. No caso *Plessy v. Ferguson*, em 1896, a Corte Suprema dos Estados Unidos convalidou uma lei da Luisiana que estabelecia assentos separados para brancos e negros nos ônibus, alegando que, desde que os assentos de uns e outros fossem do mesmo tipo e qualidade, não violavam o princípio de igualdade perante a lei. Essa doutrina, que se manteve até meados do século XX, agora parece ressuscitar nos discursos de alguns dos opositores ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

A emenda constitucional que proponho é a resposta mais adequada do poder legislativo à sentença do Supremo Tribunal Federal, que recentemente decidiu que os casais formados por pessoas do mesmo sexo constituem família, podem formar uma união estável e devem ter reconhecidos todos os direitos que a Constituição Federal garante às uniões estáveis. Sabemos que um desses direitos, conforme o art. 226 § 2, é o casamento civil.

Foi isso que entenderam os juízes que, na última semana de junho de 2011, autorizaram o primeiro casamento civil entre dois

homens, celebrado no Dia Internacional do Orgulho Gay em Jacareí, São Paulo. Já houve e continuará havendo novas sentenças, mas é preciso evitar que cada casal necessite de um advogado e deva entrar com uma ação na Justiça para fazer valer seu direito a casar (como aconteceu inicialmente na Argentina e em outros países). Por isso é necessária a emenda constitucional.

O legislativo não pode continuar se omitindo!

Deve ficar claro que nós não estamos propondo nenhuma mudança com relação ao casamento religioso, cujos efeitos jurídicos são reconhecidos no art. 226 § 2 da Constituição brasileira, que a PEC mantém inalterado. Da mesma maneira que o Estado não deve interferir na liberdade religiosa, as religiões não devem interferir no direito civil. O casamento civil é uma instituição laica, que deve atender por igual às necessidades dos que acreditam em Deus — em qualquer deus ou em vários deuses — e dos que não acreditam. Numa democracia, as leis são para todos, independentemente das crenças de

cada um. O casamento civil e o casamento religioso são duas instituições diferentes e o que nós, LGBT, reivindicamos é o direito ao casamento civil.

Alguns afirmam que se opõem ao casamento gay “em defesa da família”, mas as coisas são exatamente ao contrário: a oposição ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é um ataque contra milhões de famílias formadas a partir da união de dois homens ou de duas mulheres, enquanto a defesa desse direito de forma alguma prejudica as famílias formadas a partir da união de homem e mulher. O STF já deixou claro que as nossas famílias também são famílias — o que deveria ser uma obviedade!

Aliás, tudo isso será uma obviedade no futuro. As próximas gerações vão estudar esse debate com a mesma curiosidade que hoje estudamos a luta das mulheres pelo direito ao voto. Será difícil para eles entender por que, nesta época, nós, homossexuais,

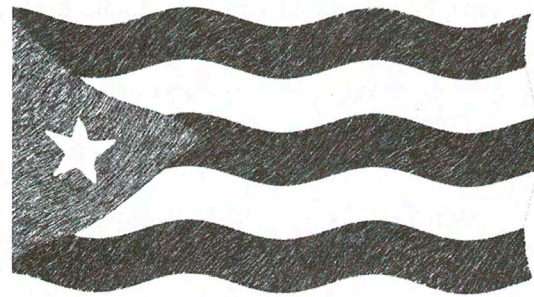
não podíamos casar. E alguns, mais velhos, lembrarão que houve um debate, levando à mudança da lei e, depois disso, a consequência mais importante foram os milhões de pessoas que passaram a ser mais felizes, sem prejudicar ninguém.

**Jean Wyllys** é baiano, mas mora atualmente no Rio de Janeiro. É jornalista e escritor, mestre em Letras e professor universitário. É o primeiro político gay fora do armário que chega ao Congresso brasileiro. Eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 2010, pertence à bancada do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e coordena a Frente Parlamentária Mista pela Cidadania LGBT junto com a senadora Marta Suplicy (PT-SP). É autor de um projeto de emenda constitucional pelo direito ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.



# A Rede Vespa

“a história dos agentes infiltrados por Cuba em organizações de extrema direita nos Estados Unidos”



Por **Sergio Granja**

É possível que uns tantos já tenham escutado falar dos cinco mártires cubanos; o mais provável, todavia, é que a maioria nunca tenha ouvido nada sobre o assunto. Pois bem, agora todos poderão se deliciar com a leitura de um *thriller* estonteante de Fernando Morais sobre o tema. O autor ostenta, entre outros títulos que o recomendam, biografias como *Olga* e *Chatô: o rei do Brasil*. E agora revisita a temática cubana – depois de haver escrito a *Ilha*, ampla reportagem sobre o país de Fidel Castro – com seu novo livro *Os últimos soldados da guerra fria*, cujo subtítulo é “a história dos agentes infiltrados por Cuba em organizações de extrema direita nos Estados Unidos”.

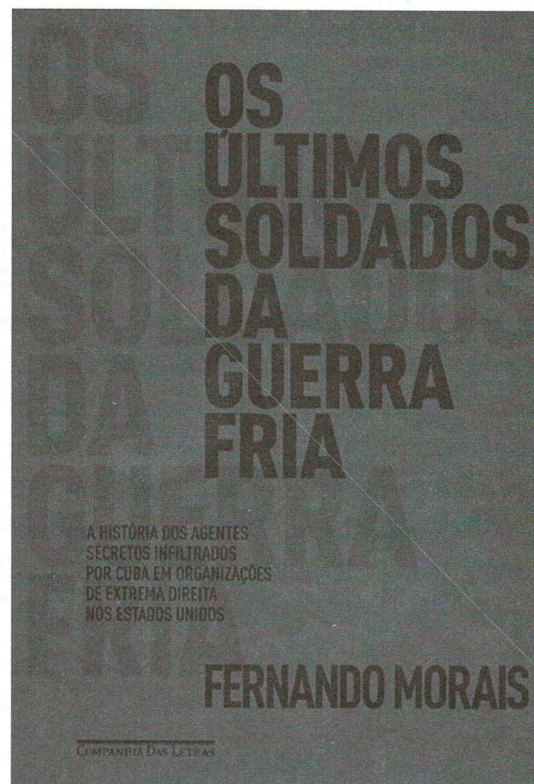
Os grupos anticastristas de Miami começam sua saga com a vitória da Revolução Cubana. Desde então, colecionam uma enormidade de atos terroristas contra Cuba, em boa parte destinados a sabotar as condições de existência na nação antilhana. Como? Por exemplo, lançando pragas nas lavouras cubanas, interferindo nas transmissões das torres de controle de tráfego aéreo dos aeroportos cubanos, etc. Cuba tem convivido com essas sabotagens e sobrevivido, não obstante uma agressão ainda maior: o brutal bloqueio econômico da ilha, ditado pelo governo dos Estados Unidos, em violação a todas as normas do direito internacional. Bloqueio, diga-se de passagem,

reiteradamente condenado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e, inclusive, pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

No final dos anos 80, o então presidente da União Soviética Mikhail Gorbachev deu início a um complexo processo de alterações econômicas e políticas em seu país. Esse processo, denominado de “perestroika” (reestruturação) na esfera econômica e de “glasnost” (transparência) na esfera política, resultou na implosão da URSS em 1991 e, em consequência, de todo o bloco europeu-oriental do chamado “socialismo real”. A decorrência inevitável foi o esfacelamento do Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua), mercado comum integrado por União Soviética, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria, Romênia, Mongólia, Cuba e Vietnã.

A economia cubana – já débil em função de sua precariedade estrutural agravada pelas circunstâncias externas adversas – estreitamente vinculada ao Comecon, mergulha numa crise econômica dramática. A pauta das exportações cubanas restringia-se a açúcar (de longe o principal produto de exportação), tabaco, rum e níquel. Pois bem, a safra de açúcar, que, em 1989, superara os 8 milhões de toneladas, em 1995, encolhera para pouco mais 3 milhões de toneladas.

Por um lado, aí se abre, então, para a população cubana, o que foi apelidado de “período especial”. Por outro lado, tornava-se natural, por conseguinte, que as 41 organizações anticastristas da Flórida se assanhassem com a almejada perspectiva do fim próximo do regime de Fidel e incrementassem as hostilidades.



Os anticastristas não contavam, todavia, com a ousadia dos dirigentes cubanos, que, numa manobra altamente herege para os padrões surgidos da *Sierra Maestra*, abriram o país aos investimentos privados estrangeiros na indústria turística e, desse modo, lograram atrair, do dia para a noite, bilhões de dólares canadenses, pesos espanhóis e francos franceses que reativaram as condições da existência material em Cuba. A indústria turística, no “período especial”, expandiu-se à taxa de 20% ao ano. Uma taxa extraordinária que fez com que Cuba saltasse para 30 mil apartamentos em sua rede hoteleira, recebendo um milhão e meio de turistas por ano. Daí em diante, não seria mais o açúcar, e sim o turismo, que constituiria o pilar mais importante da economia cubana.

É claro que esse florescimento do turismo em Cuba frustrava as expectativas dos

anticastristas, que não tardaram em compreender que o destino da Revolução Cubana estava irremediavelmente ligado ao sucesso dos empreendimentos turísticos na ilha. Focava-se assim num alvo claro que precisava ser destruído. Ora, um dos atrativos do turismo em Cuba era a segurança que o turista poderia desfrutar num país com índices de criminalidade irrisórios. E os anticastristas sabiam que para bloquear o afluxo de turistas era preciso gerar insegurança. Já sabiam, portanto, o que era preciso fazer. E não demoraram a fazer o que tinha que ser feito. Na primeira metade dos anos 90, os grupos anticastristas de Miami realizaram 127 operações terroristas com o objetivo de intimidar os turistas. “A opinião pública internacional precisa saber que é mais seguro fazer turismo na Bósnia- Herzegovina do que em Cuba” – alardeavam os líderes dos grupos anticastristas da Flórida. E não era para menos: mercenários, infiltrados entre os turistas, explodiam bombas nos melhores hotéis de Havana e banhistas eram alvejados, nas praias cubanas, por tiros de metralhadora disparados de lanchas, em alto mar, provenientes de Key West.

Nesse contexto, o governo de Cuba decidiu montar a Rede Vespa, uma ampla operação de espionagem dos grupos terroristas, infiltrando agentes secretos nas organizações anticastristas de Miami. Doze cubanos e duas cubanas simularam fugas espetaculares de Cuba para os Estados Unidos, foram recebidos lá como heróis anticastristas e ajudaram a frustrar os atos de terrorismo contra Cuba. Desses 14 agentes secretos do governo cubano em território estadunidense, 10 terminariam presos pelo FBI. Cinco adeririam finalmente aos programas de delação premiada da justiça norte-americana. E cinco resistiriam até o fim, negando-se a colaborar com as autoridades policiais e sendo condenados a cumprir duras penas no sistema presidiário norte-americano. Estes, os cinco heróis cubanos, que uma vasta campanha internacional e no interior dos próprios Estados Unidos reclama a libertação.

O livro de Fernando Morais conta a saga desses homens e mulheres: uma história de



Fernando González, René González, Antonio Guerrero, Gerardo Hernández e Ramón Labañino, que lutavam em território estadunidense contra os planos dos terroristas anticubanos, foram presos pelo FBI e condenados, em julgamentos injustos, a duras penas nos presídios norte-americanos.

1. **Fernando González** (Havana, 1963), casado, graduado no Instituto de Relações Internacionais (ISRI), do Ministério de Relações Exteriores de Cuba.
2. **Ramón Labañino** (Havana, 1963), casado, três filhas, graduado na Universidade de Havana com Licenciatura em Economia.
3. **René González** (Chicago, 1956), casado, duas filhas, piloto e instrutor de voo.
4. **Antonio Guerrero** (Miami, 1958), engenheiro em Construção de Aeroportos, poeta, dois filhos.
5. **Gerardo Hernández** (Havana, 1965), casado, graduado no Instituto de Relações Internacionais (ISRI), caricaturista.

espionagem, eletrizante, recheada de intrigas políticas, entremeada de paixões e sentimentos autenticamente humanos. Trata-se de um artifício literário feito de pura realidade, costurado no desvelamento de verdades censuradas e que resultou num *thriller* para nenhum apreciador das tramas de ação botar defeito.

MORAIS, Fernando.

Os últimos soldados da guerra fria. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

**Sergio Granja** é autor do romance Louco d'Aldeia em dois tempos (Record, 1996)

# Slavoj Žižek, o filósofo mais sério do mundo

Por **Gabriel Tupinambá**

A história das relações entre o marxismo e a psicanálise pode ser entendida como uma série de diferentes amarrações entre os dois campos, manobras por vezes acrobáticas e que podem ser catalogadas de acordo com os nomes de diferentes pensadores – Reich, Marcuse, Althusser, Deleuze e Guatarri, Laclau etc. De forma quase invariável, o que está em jogo tanto em sua vertente freudo-marxista quanto nos casos mais heterodoxos é a proposta de complementar a crítica da economia política com uma teoria do inconsciente que pudesse dar conta de certos fracassos inexplicáveis da Esquerda: por exemplo, a obscura relação entre revolução e totalitarismo, ou entre o conhecimento e a alienação.

Slavoj Žižek, mesmo sendo tomado hoje pelo acrobata da vez, não pertence a essa série. Por mais paradoxal que pareça essa afirmação, trata-se de um ponto decisivo para a Esquerda – e, principalmente, para a Esquerda brasileira.

Essa diferença fundamental, que afasta o filósofo esloveno das concepções teóricas de maior circulação na reformulação da Esquerda atual, acaba também por afastar o grande público da dimensão crucial de seu projeto. Certamente, parece estranho afirmar que o pensamento Žižekiano não é bem conhecido: afinal, trata-se de um filósofo de grande popularidade, cuja crescente bibliografia é ainda acompanhada de filmes, entrevistas para rádios e canais de televisão, materiais de jornal e palestras pelo mundo. No entanto, é justamente a popularidade do autor que vem reforçar essa afirmação: por exemplo, em sua última passagem pelo Brasil, era

visível seu desconforto com as risadas do público, que achava graça tanto de suas piadas quanto de seus comentários sobre uma nova leitura do cristianismo. De fato, uma das condições de seu apelo popular é a fama de “crítico cultural” e de polemista – isso é, o excessivo interesse tanto da mídia quanto do grande público pelo caráter anedótico de seus exemplos e, cada vez mais, pela apresentação pessoal do filósofo.

É claro que a relação entre a massificação de seu pensamento e a neutralização de seu potencial crítico poderia ser apresentada como um problema totalmente desassociado da ruptura com as variações do freudo-marxismo, ou mesmo lido a partir dessa vertente. Poderia – caso não pudéssemos também observar que essa neutralização vem recobrir precisamente aquilo que opera essa ruptura: o retorno ao idealismo alemão, em especial, à filosofia hegeliana. As consequências da profunda releitura de Hegel realizada por Žižek passam em silêncio, sob as risadas histriônicas e as críticas dirigidas à sua heterodoxia marxista e lacaniana.

Seu retorno à Hegel, realizado através da obra do psicanalista francês Jacques Lacan, tem como pilar fundamental a elevação do conceito freudiano de pulsão de morte à dignidade de uma categoria filosófica. Isso é: ao invés de tratar o fracasso da adequação de uma coisa a si mesma, assim como o paradoxal fracasso de que essa inadequação venha a ser total, como produtos de forças externas sobre um objeto – a psique humana, incapaz de apreender o real; o Estado opressor, que distorce as representações da realidade, etc. – essa inconsistência é tida como ontológica, constitutiva do ser enquanto tal.

Seguindo Lacan, Žižek defende que é no confronto com essa impossibilidade incontornável que o sujeito é constituído – afirmação cuja consequência principal é distinguir a crítica ideológica de uma crítica da alienação em representações que ocultariam do sujeito as verdadeiras relações entre causa e efeito, pois o sujeito é produzido

justamente por uma alienação fundamental, por causa da impossibilidade tanto de apreender a coisa como ela é quanto de se desvencilhar completamente do real. Portanto, a ideologia não é uma operação que aliena alguém de alguma coisa, mas que aliena alguém da *própria alienação*: o que é ideológico é a substituição de uma alienação constitutiva por uma alienação constituída, mais suportável e cuja superação é, em última instância, inconseqüente. Na crítica ideológica Žižekiana, não se trata de questionar o que está por trás de um dado discurso, escondido por um véu de interesses diversos, mas qual é a mentira mais fundamental que precisa permanecer operante de modo a permitir que o sujeito fantasie, por trás desse discurso, uma realidade completamente constituída, onde a subjetividade não teria por correlato esse insustentável decentramento de si mesma. Ideologia, conclui Žižek, não é o semblante como tal, é a economia das suposições daquilo que seria totalmente distinto do semblante, o não-ideológico.

Nesse sentido, o materialismo Žižekiano busca reabilitar a dimensão mais abstrata do idealismo alemão, pois não reduz simplesmente o fenômeno às suas bases concretas, imaginando encontrar na matéria um porto seguro contra à tortura da linguagem – ao invés, afirma que é necessário levar em conta a materialidade das próprias representações, a causa intrínseca da fragilidade das significações. Trata-se, como diz o filósofo ele mesmo, de uma reversão materialista de Marx.

No lugar de uma nova junção entre a concepção psicanalítica do sujeito e a concepção marxista da ideologia – operação que, de acordo com Žižek, acaba sempre por esconder os impasses de um sob a lógica do outro – seu projeto filosófico se baseia na conceitualização de uma disjunção produtiva entre os dois campos, de modo a identificar como o real opera, através de sua própria negatividade, a constituição tanto da dimensão individual quanto social. As consequências

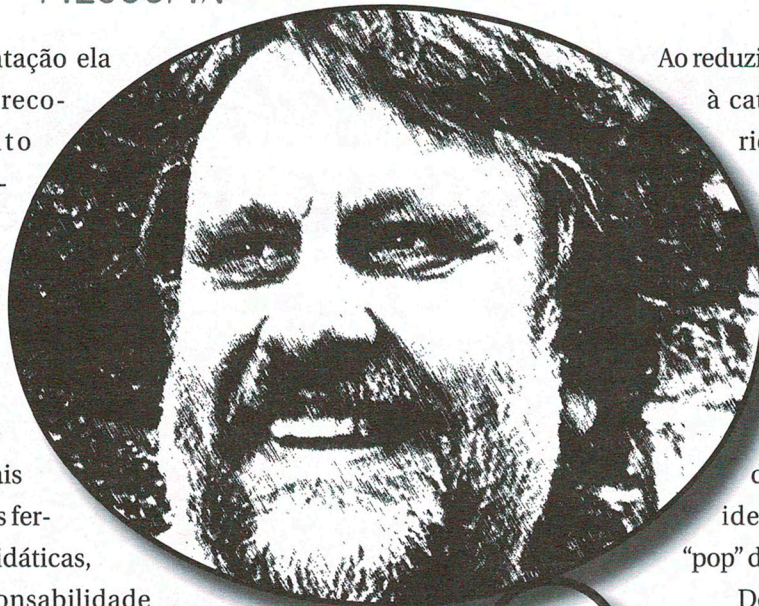
dessa posição teórica para o campo da política são extensas, e ainda muito pouco exploradas. Torna-se, por exemplo, essencial reformular a pergunta “quem aliena o sujeito?” de modo a separar a alienação no sentido que Marx dá ao termo da alienação no sentido freudiano, pois todo projeto político que organiza indivíduos sob a bandeira da emancipação precisa distinguir a liberdades pessoal da liberdade social – ao contrário, estará apenas se servindo de uma causa comum para alimentar a fantasia individual de que é possível conquistar uma inteireza subjetiva que, por definição, não existe.

Como mencionamos acima, é precisamente a reformulação Žižekiana do sistema filosófico de Hegel, responsável pela construção do conceito-chave de uma negatividade que parasita o ser de forma constitutiva, que desaparece quando Žižek é tratado como um crítico cultural que transitará pelos mais diversos campos do saber de forma pontual, amarrando seus comentários através de seu poder retórico. A rigor, quando se considera as bases filosóficas de seu projeto, é preciso afirmar que Žižek tem apenas um objeto de estudo, cujos traços se deixam reconhecer em qualquer situação em que se encena, no registro das representações, a operação que constitui a representação como tal – ou seja, em qualquer formação discursiva, posto que o discurso precisa recobrir tudo, inclusive a fantasia de sua própria constituição. É por esse mesmo motivo que é impossível culpar a massificação de seu pensamento pela pouca repercussão da dimensão sistemática e ontológica de suas considerações: as piadas e os exemplos que Žižek usa em seus livros, entrevistas e palestras não funcionam como metáforas para objetos mais técnicos, que estariam ausentes, caso o filósofo não passasse de um polemista, ou escondidos do grande público, caso se tratasse de um filósofo no sentido tradicional. Se aceitarmos a tese fundamental de que a representação em si tem uma dimensão material, então é preciso entender que os exemplos *não representam* o objeto da filosofia Žižekiana, *eles o apresentam*. Não faz sentido, portanto, considerar que a difusão midiática distorce ou “reprime” o objeto de seu pensamento, pois esse objeto nada mais é do que o real funcionamento das distorções

da representação ela mesma. O reconhecimento dessa diferença fundamental, que transforma o lado engraçado de Žižek na mais séria de suas ferramentas didáticas, não é responsabilidade nem dos meios de comunicação e nem pode ser reduzida a um “tique” pessoal do filósofo – é tarefa daqueles que desejam se engajar com sua proposta.

Dissemos acima que essa tarefa tem um valor especial para a Esquerda brasileira, hoje em pleno processo de reformulação. De fato, uma contradição evidente no coração de nossa cultura permanece um impasse na construção de uma frente partidária forte e de verdadeira vocação emancipatória: ao mesmo tempo em que vivemos hoje imersos na catastrófica indistinção entre o que é a política e o que é a corrupção e manifestamos nossa indignação com essa situação, vivemos também imersos no discurso de que ser brasileiro é acima de tudo ter acesso a uma liberdade, uma alegria que não pode ser enquadrada por nenhuma representação social e que está, de certo modo, para além da lei. Ora, qual seria uma posição consequente no terreno político, visando lutar contra essa terrível sutura do oficial com o oficioso, e que levasse em conta que, na nossa identificação mais espontânea como brasileiros, damos grande valor à transgressão da lei? Se individualmente nos revoltamos contra a corrupção, coletivamente ainda nos reconhecemos através da prevalência do informal sobre o formal, do favor sobre o dever, etc – um impasse que, sem as ferramentas conceituais que possam formulá-lo corretamente, torna impossível construir uma alternativa sólida ao modelo atual da máquina política e eleitoral.

Não seria essa a forma mais geral do impasse que identificamos no tratamento que é dado a um dos maiores expoentes da filosofia ocidental?



Ao reduzirmos suas colocações à categoria de comentários engraçados sobre o mundo contemporâneo – piadas que fazem graça da lei – acabamos por reduzir um discurso que realmente oferece um novo ponto de partida para a crítica ideológica ao produto “pop” dessa própria ideologia. Do mesmo modo, o que causa em nós a descon-

fiança do rigor filosófico aparece também como a desconfiância do rigor em geral, como a necessidade de nos mantermos sempre a uma distância jocosa do poder – não seria essa própria distância que acaba por reduzir a disciplina política ao produto “alienado” da lei vigente?

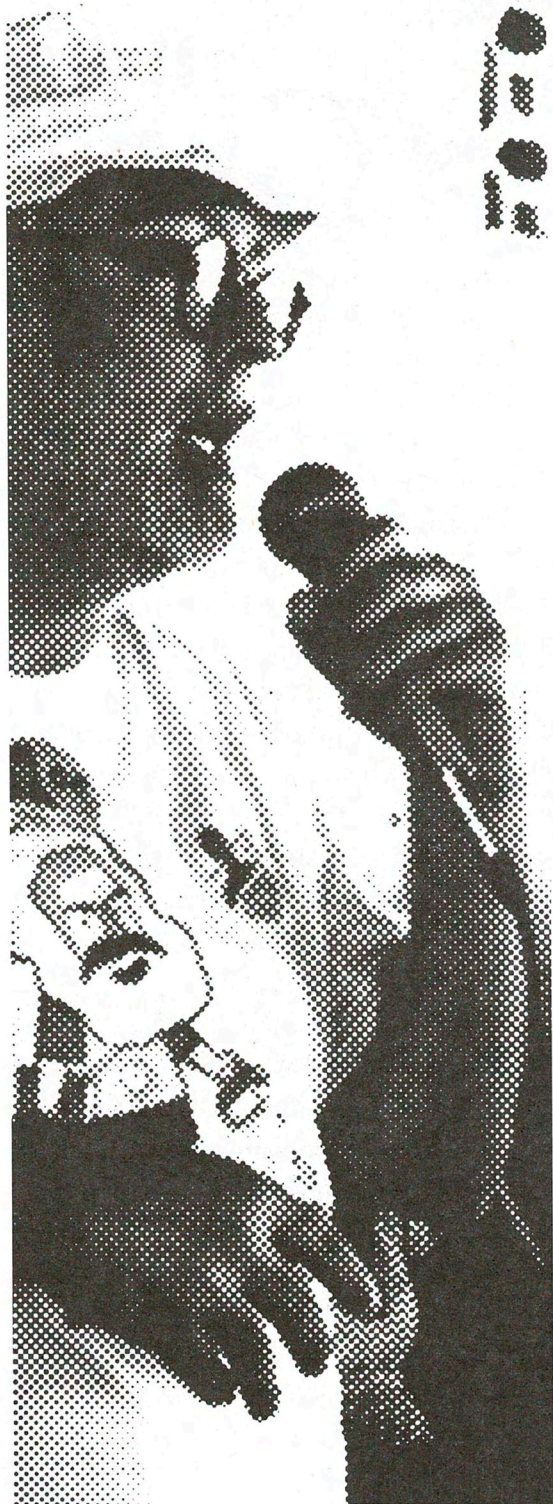
É justamente na obra de Žižek que encontramos os meios para entender o papel da transgressão e do cinismo na manutenção da lei, e para entender que a disciplina, quando consente à subjetividade, é a única operação capaz de desestabilizar uma configuração ideológica. Mas, para tal, é preciso antes aprender a reconhecer a diferença entre uma tentativa sistemática de circunscrever um objeto muito gozado – essa coisa que nos escapa em nossa própria constituição – do jeito supostamente “gozador” de um pensador.

Não é a toa que a filosofia Žižekiana é tão difícil: sua dificuldade não é aquela dos catedráticos e do jargão opaco – é a dificuldade que advém de termos que dar um primeiro passo que, principalmente para nós brasileiros, parece ir contra nossa própria identidade. Mas nessa dificuldade reside também a grande generosidade de seu projeto filosófico, pois a necessidade de darmos esse primeiro passo permite que o trabalho do pensamento seja elevado de início à categoria de uma luta com aquilo que, em nós, sustenta o mundo tal como ele é.

# O legado de Paulo Piramba e a atualidade da luta ecossocialista

“O socialismo continua sendo vital como o ar e a água.

E mostrará mais vitalidade, se puder se reconstruir como idéia libertária, generosa e transformadora que leva em conta a continuidade da vida no planeta” *Paulo Piramba*



Por **João Alfredo Telles Melo**<sup>1</sup>

A súbita partida de nosso camarada Paulo Piramba, justo no ano em que o partido (re) organiza seu setorial ecossocialista – de quem ele foi fundador e o seu principal animador – e em que se prepara para o seu 3º. Congresso, nos convoca a pensar de que forma o legado de sua práxis pode orientar o PSOL a assumir, de forma definitiva, a bandeira e a luta ecossocialistas (tornando-se o P(E)SOL: Partido Ecossocialismo e Liberdade).

Não quero aqui desconhecer que o tema socioambiental (por sua abordagem ecossocialista, por vezes) percolou (para usar um termo da ecologia) nossa pauta partidária, a partir, principalmente, da luta contra o ataque ao Código Florestal, impulsionado este por uma estranha aliança “comuno-pequista-ruralista” (cujas expressões maiores são Aldo Rebelo, Kátia Abreu e Vacarezza) à qual se opôs uma ampla coalizão de movimentos sociais, ecológicos, socioambientais, camponeses e indígenas, com um destaque todo especial para a atuação de nossa bancada na Câmara Federal.

No entanto, ainda nos encontramos – como a maioria dos que se reivindicam da “esquerda” – presos ao mesmo paradigma produtivista-consumista da civilização do capital, em que não se questiona a própria estrutura do processo de produção capitalista, sua matriz energética, sua lógica “crescimentista” sem limites.

Ainda somos – uma parte dessa esquerda – reféns da “ideologia do progresso” (daí

sermos chamados de “progressistas”) e olvidamos que é esse progressismo desenvolvimentista (em que pese o pleonasma), por não considerar os limites da natureza (apropriada de forma privada, transformada em mercadoria, descartada e degradada), o responsável maior pela atual crise socioambiental planetária.

É essa “falsa consciência” que nos faz embarcar acriticamente em campanhas como a do “Pré Sal é Nosso!”, desconsiderando seus graves impactos, e a medir a conjuntura unicamente pela régua do crescimento do PIB, em análises onde, quase sempre, a crise climática, humanista e socioambiental sequer é levada em conta. Piramba dizia que essa visão “ecossocialista” seria, apenas, “um socialismo com uma vírgula verde”, e cita como exemplo: “defendemos a utilização do pré-sal VÍRGULA desde que os recursos sejam usados na educação, saúde...” (“Qual é mesmo o socialismo que queremos?”).

Revisitar Piramba é compreender que nossa abordagem ecossocialista é sistêmica, tanto na compreensão de que “as mudanças climáticas são um elemento central da crise sistêmica do capital” (“As várias crises”), como no entendimento de que “nossa responsabilidade como habitantes do planeta, como parte da única espécie que pode acabar com ela mesma e com a maioria das outras [...] é nos organizarmos coletivamente e exigirmos a mudança do sistema, que nos trouxe à beira do abismo, antes de darmos um passo à frente” (“A minha, a sua, a nossa responsabilidade”).



Em Piramba, se o socialismo há de ser ecológico ou não será, por outro lado, o ecologismo é de luta, de combate, tem lado, portanto. Nosso lado é o do que Martinez Alier denomina de “Ecologismo dos Pobres” e que se traduz também no movimento por Justiça Ambiental, contra o Racismo Ambiental (vide “A opressão também é ambiental”), pela defesa dos povos indígenas e tradicionais contra os grandes projetos e das comunidades urbanas contra a especulação imobiliária, no que ele, Piramba, chamava de “sonho” de uma “nova sociedade que respeite homens, mulheres e natureza” (“Qual é mesmo o socialismo que queremos?”).

Ecosocialismo que é portador de uma mensagem de profundo conteúdo ético-ideológico, na esteira do que propõe Michael Löwy, em seu “Ecologia e Socialismo” (Cortez): “o combate para salvar o meio ambiente, que é necessariamente o combate por uma mudança de civilização é um importante imperativo humanista, que diz respeito não apenas a esta ou àquela classe social, mas ao conjunto dos indivíduos”.

Na pequena publicação que fizemos, do Enlace-Ceará, em homenagem a Piramba, logo após o seu falecimento (e onde publicamos esses textos, que foram extraídos de seu blog), nosso amigo comum e camarada Alexandre Costa, se comprometia, em nome de todos nós, seus amigos e camaradas:

“Estranho tornou-se pensar essas bandeiras não sendo agitadas por você, velho amigo. Mas, tudo bem... Não vai ser com a mesma alegria, nem com a mesma energia, pois como as tuas, não há [...] Mas, é promessa, camarada! Vamos carregá-las! No chão, tuas bandeiras em tons de verde e de vermelho não vão ficar!”.

É agitando essa bandeira verde-vermelha, síntese da utopia igualitária do socialismo do século XIX com a urgência da ecologismo do século XXI, é que bradamos, com Paulo Piramba:

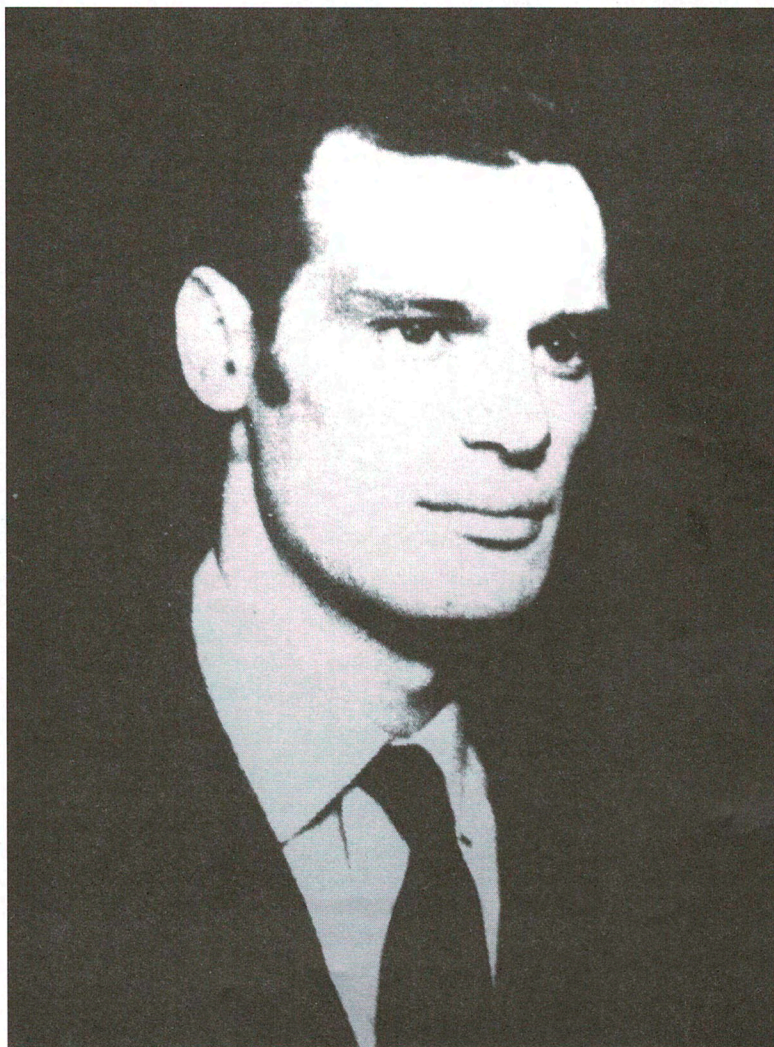
Ecosocialismo ou Barbárie!

**João Alfredo Telles Melo** é advogado, professor, vereador pelo PSOL em Fortaleza e membro da Coordenação do Setorial Ecosocialista.



*Caros camaradas,  
Faz 40 anos que meu irmão  
Luis desapareceu. Este artigo foi  
publicado ontem no jornal da cidade  
em que moramos quando éramos  
adolescentes - Pergamino -, e onde  
eu o segui nos começos de nossa  
luta. Separamo-nos pelas diferenças  
políticas: não segui o caminho da  
guerrilha, mas nem por isso deixei  
de amá-lo e admirá-lo. E sempre  
pensei que a melhor maneira de  
fazer justiça era continuar com a  
militância revolucionária.*

*Pedro Fuentes,  
19 de setembro de 2011*



## 40 anos do desaparecimento forçado de Luis Enrique Pujals

Em 17 de setembro de 1971, em um apartamento no bairro de Palermo, Buenos Aires, foi sequestrado um pergaminense [proveniente da cidade de Pergamino, Argentina] que militava no Partido Revolucionário dos Trabalhadores, cujo braço armado era o “Ejército Revolucionario del Pueblo”. Estava com outros companheiros que foram transferidos para a Coordenação Federal. Ele não. Ontem, cumpriram-se quatro décadas do início da infame saga de desaparecimentos forçados que ocorreram em nosso país. Quem estreou essa modalidade de forma macabra foi um pergaminense: Luis Enrique Pujals.

Conhecido desde a juventude como um brilhante intelectual, foi uma referência de militância para os adolescentes da nossa cidade, quando atuava no *Movimiento de Acción Reformista*. O estandarte levantado por ele, nos anos em que era secundarista, era a defesa de um ensino público e laico em contraposição à denominada “Ley

Domingorena” (*lei que abria as portas para a privatização do ensino e ao ensino religioso*). Enquanto a “Asociación Cultural TEA” assumia uma posição moderada frente a este tema, a direção de Pujals pretendia ir até as últimas consequências, incluindo a tomada de escolas e greves por tempo indeterminado (*estiveram por dois meses ocupando os 4 grandes colégios de Pergamino, baixo o controle de uma coordenadora estudantil pelo Movimiento de Acción Reformista*). No entanto, paralelamente a este plano de combate, debates e reuniões públicas ocorreram entre

os dois grupos, em que a oratória era a estrela, demonstrando a lucidez do pensamento de Pujals e de quem, compartilhando o ensino público e laico, representava aqueles que queriam um outro curso de ação: Horacio Jaunarena (*Jaunarena foi ministro da defesa do governo radical após a queda da ditadura*).

O jornal *La Opinión* dialogou com ele, no sentido de relembrar aqueles anos tão politizados, de lutas e ideais. Estes potenciais adversários eram, em última análise, vizinhos da mesma cidade que os

viu crescer. Compartilhavam escola e jogos de futebol nos quais primava a cordialidade sobre qualquer diferença política.

Era o crepúsculo dos anos 50 e, para os pergaminenses, Luis Enrique Pujals era o inteligente filho de Enrique, que convencia muitos com seu discurso. Ninguém sabia, naquele momento, como suas convicções estavam tão profundamente enraizadas. Recordando os anos compartilhados, Jaunarena fez referência aos tempos da escola secundária: “Ele estava um ano adiantado na escola, mas debatíamos muito por causa da nossa militância. Nas assembleias tínhamos posições diferentes, mas compartilhávamos uma amizade e partidas de futebol no Club Gimnasia. Basicamente, nos diferenciávamos na implementação das idéias. Em algum tempo perdi o contato com ele”.

Em 1960, Pujals estudava em Santa Fé e militava no peronismo banido. Ali, conheceu sua esposa Susana Gaggero. Nesses anos, abraçou a luta antiimperialista dos países do Terceiro Mundo e a Revolução Cubana, não o modelo castrista precisamente, mas o sentido de libertação impregnado na guerrilha, que foi prévio ao alinhamento de Cuba ao bloco comunista. “Ele era admirador da luta pela liberdade. Neste caso, dos cubanos frente a um tirano como era Fulgencio Batista”, disse Jaunarena ao ser consultado sobre o perfil político que seguia Pujals.

### O desaparecimento

Dentro dos riscos que sabia correr por sua militância no PRT-ERP, possivelmente Pujals jamais teria imaginado ser um “desaparecido”, escrevendo esta palavra pela primeira vez na história da Argentina do século XX.

Transcorria a presidência de Agustín Lanusse e, estando reunido com seus companheiros em um apartamento do bairro de Palermo, em Buenos Aires, foi surpreendido por aqueles que fazia tempo o procuravam por suas ações no “Comando Che Guevara” de Rosário, predecessor do ERP. Todos foram transferidos à Coordenação Federal, todos menos Pujals.

Quando se soube da notícia de seu sequestro, a mobilização foi total. Em Buenos Aires, formou-se uma comissão por sua aparição com vida, a qual integraram, entre outros, Ventura Mayoral – advogado de Perón –, Emma Illia e Gustavo Soler (filha e genro de Arturo Illia), Eduardo Luis Duhalde (atual secretário de Direitos Humanos) e Rodolfo Ortega Peña. Por sua vez, seu pai publicou “no jornal *Opinión*”, uma carta dirigida ao presidente Lanusse. Atores como Norman Briski também se juntaram à causa e liam ao finalizar suas obras a “Carta ao povo argentino”, escrita por sua esposa Susana. Interpuseram-se *habeas corpus*, mas nada. Pujals não aparecia.

### Em Pergamino

Horacio Jaunarena foi em Pergamino um agente mobilizador do pedido de aparição com vida de Pujals. Com seu título de advogado, exercia em Pergamino e continuava com a militância política na UCR. (*Unión Cívica Radical*) O que começou com um escrito surgido numa reunião de amigos, terminou sendo uma solicitação publicada neste jornal matinal, com a adesão de 2500 assinaturas. “Não dizíamos nem que era inocente nem culpado, mas simplesmente que aparecesse e que fosse posto à disposição da Justiça, com todas as garantias que possuem os cidadãos da República Argentina”, disse Jaunarena com respeito à solicitação cujo fac-símile lamentavelmente já não se encontra em nosso arquivo em consequência do incêndio que sofreu o Diário em 1992. Podemos, contudo, transcrever o pedido a partir de uma nota publicada a respeito por um veículo da época chamado “Panorama”, que dizia: “Ao governo nacional e à opinião pública: a desapareição de Luis Enrique Pujals sem que os organismos de segurança dêem uma resposta adequada é outra evidência do clima de violência e repressão que os argentinos estamos suportando”.

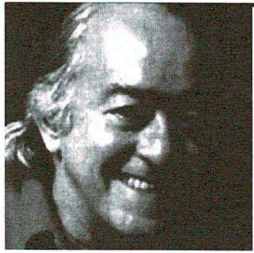
– Pujals foi conhecido como fundador do ERP, mas você sabe qual era a posição ocupada por nessa organização?

– Pela índole dessas organizações clandestinas, é impossível saber que posição ocupava Luis Enrique ou em que grau estava envolvido nas ações, mas sim estou seguro de que sua conduta merecia um julgamento pela Justiça e não por um grupo irregular que o fez desaparecer. Eu me lembro dele, no entanto, mais do que nada pela nossa atividade na escola secundária. Nossa atividade na época da luta pelo ensino laico estava marcada pela legalidade. Pronunciavam-se debates abertos e assembleias públicas das quais podia participar quem quisesse. A informação era oferecida e tudo se fazia à plena luz.

### A visita que não foi

“Tivemos um enorme apoio popular”, lembra Jaunarena. “Que diferente teria sido a história da nossa pátria se, em vez de ter-se levado adiante a brutal repressão fora de controle, os comportamentos ilegais tivessem sido devidamente julgados”, reflete o advogado. Quando a “carta aberta” foi publicada já era outubro e já se esperava a esta altura a visita do presidente Lanusse em ocasião da celebração do novo aniversário da declaração de Pergamino como cidade.

Antes, foram pintadas mensagens nas paredes como “Lanusse demagogo” e qualificações ainda mais agressivas. Peronistas, radicais, comunistas, todos unidos sob o mesmo clamor. As pessoas estavam inquietas porque o filho de Enrique Pujals não aparecia. Este era Luis Enrique para Pergamino: um filho da cidade, um vizinho que estava desaparecido. Assim que os discretos funcionários do cerimonial da presidência percorreram as ruas e perceberam este clima, formulou-se a sugestão: não era conveniente que o presidente Lanusse visitasse Pergamino. “Quero resgatar e ressaltar nesta data a solidariedade dos pergaminenses que somou de tal forma à reivindicação da aparição com vida de Pujals que fez com que Lanusse não viesse, justamente pelo estado de indignação pelo desaparecimento de uma pessoa e o fato de que ninguém desse respostas sobre ele”.



VINICIUS DE MORAES

# O operário em construção

**E** o Diabo, levando-o a um alto monte, mostrou-lhe num momento de tempo todos os reinos do mundo. E disse-lhe o Diabo:

– Dar-te-ei todo este poder e a sua glória, porque a mim me foi entregue e dou-o a quem quero; portanto, se tu me adorares, tudo será teu.

E Jesus, respondendo, disse-lhe:

– Vai-te, Satanás; porque está escrito: adorarás o Senhor teu Deus e só a Ele servirás.

Lucas, cap. V, vs. 5-8.

Era ele que erguia casas

Onde antes só havia chão.

Como um pássaro sem asas

Ele subia com as casas

Que lhe brotavam da mão.

Mas tudo desconhecia

De sua grande missão:

Não sabia, por exemplo

Que a casa de um homem é um templo

Um templo sem religião

Como tampouco sabia

Que a casa que ele fazia

Sendo a sua liberdade

Era a sua escravidão.

De fato, como podia

Um operário em construção

Compreender por que um tijolo

Valia mais do que um pão?

Tijolos ele empilhava

Com pá, cimento e esquadria

Quanto ao pão, ele o comia...

Mas fosse comer tijolo!

E assim o operário ia

Com suor e com cimento

Erguendo uma casa aqui

Adiante um apartamento

Além uma igreja, à frente

Um quartel e uma prisão:

Prisão de que sofreria

Não fosse, eventualmente

Um operário em construção.

Mas ele desconhecia

Esse fato extraordinário:

Que o operário faz a coisa

E a coisa faz o operário.

De forma que, certo dia

À mesa, ao cortar o pão

O operário foi tomado

De uma súbita emoção

Ao constatar assombrado

Que tudo naquela mesa

– Garrafa, prato, facão –

Era ele quem os fazia

Ele, um humilde operário,

Um operário em construção.

Olhou em torno: gamela

Banco, enxerga, caldeirão

Vidro, parede, janela

Casa, cidade, nação!

Tudo, tudo o que existia

Era ele quem o fazia

Ele, um humilde operário

Um operário que sabia

Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento

Não sabereis nunca o quanto

Aquele humilde operário

Soube naquele momento!

Naquela casa vazia

Que ele mesmo levantara

Um mundo novo nascia

De que sequer suspeitava.

O operário emocionado

Olhou sua própria mão

Sua rude mão de operário

De operário em construção

E olhando bem para ela

Teve um segundo a impressão

De que não havia no mundo

Coisa que fosse mais bela.

Foi dentro da compreensão

Desse instante solitário

Que, tal sua construção

Cresceu também o operário.

Cresceu em alto e profundo

Em largo e no coração

E como tudo que cresce

Ele não cresceu em vão

Pois além do que sabia

– Exercer a profissão –

O operário adquiriu

Uma nova dimensão:

A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu

Que a todos admirava:

O que o operário dizia

Outro operário escutava.

E foi assim que o operário

Do edifício em construção

Que sempre dizia sim

Começou a dizer não.

E aprendeu a notar coisas

A que não dava atenção:

Notou que sua marmita

Era o prato do patrão

Que sua cerveja preta

Era o uísque do patrão

Que seu macacão de zuarte

Era o terno do patrão

Que o casebre onde morava

Era a mansão do patrão

Que seus dois pés andarilhos

Eram as rodas do patrão

Que a dureza do seu dia

Era a noite do patrão

Que sua imensa fadiga

Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!

E o operário fez-se forte

Na sua resolução.

Como era de se esperar

As bocas da delação

Começaram a dizer coisas

Aos ouvidos do patrão.

Mas o patrão não queria  
Nenhuma preocupação  
– "Convençam-no" do contrário -  
Disse ele sobre o operário  
E ao dizer isso sorria.  
Dia seguinte, o operário  
Ao sair da construção  
Viu-se súbito cercado  
Dos homens da delação  
E sofreu, por destinado  
Sua primeira agressão.  
Teve seu rosto cuspido  
Teve seu braço quebrado  
Mas quando foi perguntado  
O operário disse: Não!  
Em vão sofrera o operário  
Sua primeira agressão  
Muitas outras se seguiram  
Muitas outras seguirão.  
Porém, por imprescindível  
Ao edifício em construção  
Seu trabalho prosseguia  
E todo o seu sofrimento  
Misturava-se ao cimento  
Da construção que crescia.  
Sentindo que a violência  
Não dobraria o operário  
Um dia tentou o patrão  
Dobrá-lo de modo vário.  
De sorte que o foi levando  
Ao alto da construção  
E num momento de tempo  
Mostrou-lhe toda a região  
E apontando-a ao operário  
Fez-lhe esta declaração:

– Dar-te-ei todo esse poder  
E a sua satisfação  
Porque a mim me foi entregue  
E dou-o a quem bem quiser.  
Dou-te tempo de lazer  
Dou-te tempo de mulher.  
Portanto, tudo o que vês  
Será teu se me adorares  
E, ainda mais, se abandonares  
O que te faz dizer não.  
Disse, e fitou o operário  
Que olhava e que refletia  
Mas o que via o operário  
O patrão nunca veria.  
O operário via as casas  
E dentro das estruturas  
Via coisas, objetos  
Produtos, manufaturas.  
Via tudo o que fazia  
O lucro do seu patrão  
E em cada coisa que via  
Misteriosamente havia  
A marca de sua mão.  
E o operário disse: Não!  
– Loucura! – gritou o patrão  
Não vês o que te dou eu?  
– Mentira! – disse o operário

Não podes dar-me o que é meu.  
E um grande silêncio fez-se  
Dentro do seu coração  
Um silêncio de martírios  
Um silêncio de prisão.  
Um silêncio povoado  
De pedidos de perdão  
Um silêncio apavorado  
Com o medo em solidão.  
Um silêncio de torturas  
E gritos de maldição  
Um silêncio de fraturas  
A se arrastarem no chão.  
E o operário ouviu a voz  
De todos os seus irmãos  
Os seus irmãos que morreram  
Por outros que viverão.  
Uma esperança sincera  
Cresceu no seu coração  
E dentro da tarde mansa  
Agigantou-se a razão  
De um homem pobre e esquecido  
Razão porém que fizera  
Em operário construído  
O operário em construção.





#### **EXPEDIENTE**

##### **Coordenação editorial**

Sergio Granja  
Roberto Robaina  
Luiz Arnaldo  
Israel Dutra

##### **Projeto gráfico, editoração e direção de arte**

Fernando Braga

##### **Fotos da capa**

Antônio Jacinto Índio

##### **Produção executiva**

Silvia Mundstock

##### **Endereço**

Av. Rio Branco, 185  
Sala 1525 - Centro  
Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20.040-007  
Fone (21) 2215 2491

#### **FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS**

##### **DIRETORIA**

##### **Presidente de honra**

Oráida Policena de Andrade Campos

##### **DIRETORIA EXECUTIVA**

##### **Diretor Presidente**

Carlos Roberto de Souza Robaina

##### **Diretor Técnico**

Luiz Arnaldo Dias Campos

##### **Diretor Financeiro**

Rodrigo da Silva Pereira

##### **CONSELHO DE CURADORES**

##### **Presidente**

Mário Agra Junior

##### **Vice-presidente**

José Enrique Morales Bicca

##### **Membros titulares**

Heloisa Helena Lima de Moraes Carvalho  
Ewerson Claudio de Azevedo  
Ema Regina Greber Carneiro  
Breno de Souza Rocha  
Antonio Jacinto Filho

##### **Membros suplentes**

Israel Pinto Dornelles Dutra  
Juliano Medeiros  
Honório Luiz de Oliveira Rego

##### **CONSELHO FISCAL**

##### **Presidente**

Antonio Carlos de Andrade

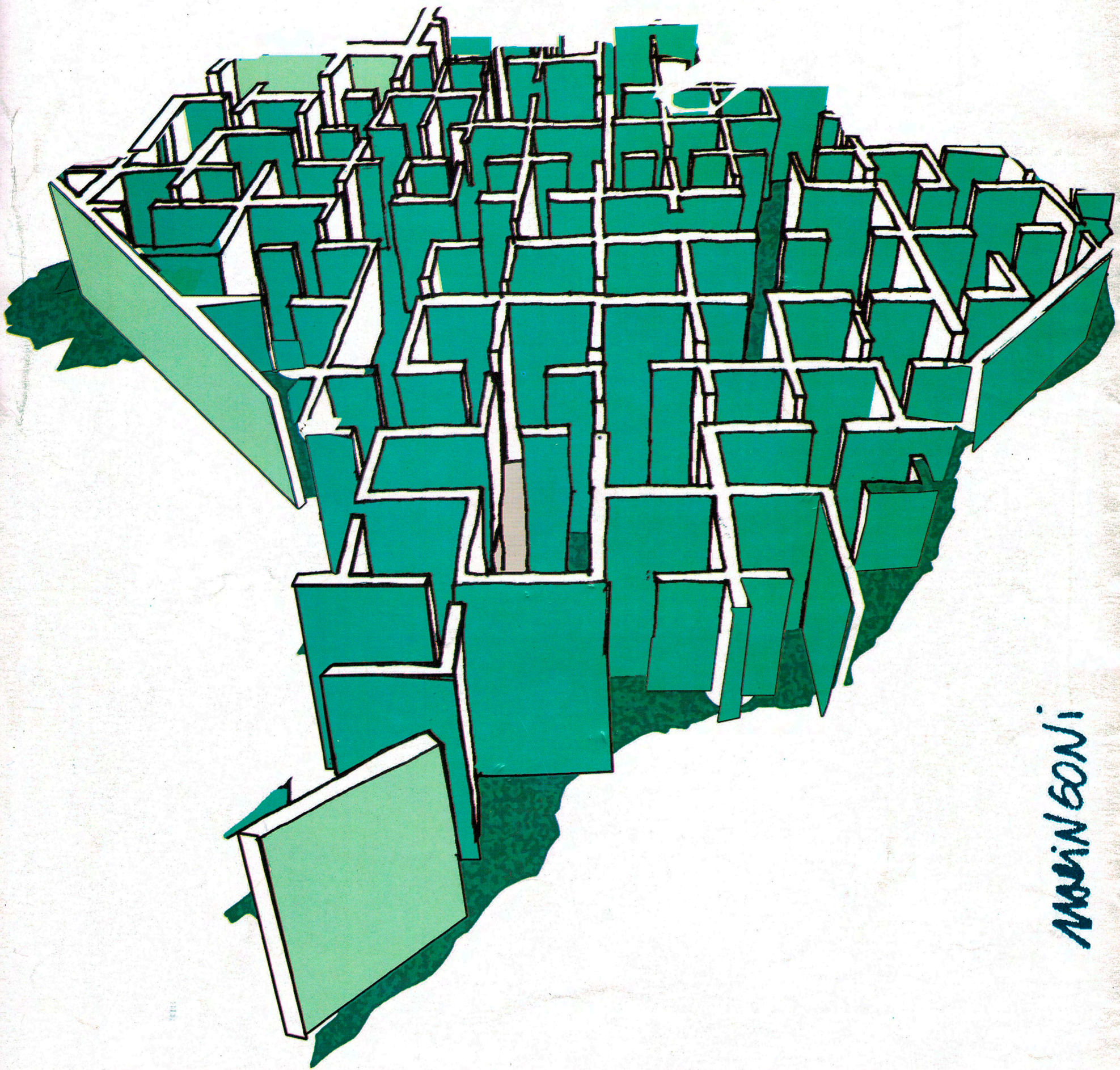
##### **Membros titulares**

Alexandre Varela  
Luciana Gomes de Araújo

##### **Membros suplentes**

Jaqueline Teresa Aguiar  
João Batista Oliveira de Araújo





MARINSONI